UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM

LILY LÖW

ENFERMEIRAS NEGRAS NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

São Paulo
2013

LILY LÖW

ENFERMEIRAS NEGRAS NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Área de concentração: Fundamentos e Práticas de Gerenciamento em Enfermagem e em Saúde.

Orientadora: Prof.ª Drª. Taka Oguisso

São Paulo
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura:_____ Data____/____/____

Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca "Wanda de Aguiar Horta"
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Löw, Lily

Enfermeiras negras na Revolução Constitucionalista de 1932/ Lily Löw.- São Paulo, 2013, p.98

Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profª Drª Taka Oguisso

1. Racismo 2. Discriminação 3. Enfermagem 4. Revolução Constitucionalista de 1932 5. Historia da Enfermagem.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Lily Löw

Título: Enfermeiras Negras na Revolução constitucionalista de 1932

Dissertação presentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Fundamentos e Práticas de Gerenciamento em Enfermagem e em Saúde.

Aprovado em :____/___/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

A DEUS que me conduziu até o termino, não deixando desistir, mesmo nos momentos mais desesperadores da minha jornada.

Aos meus pais Hans Martin Löw (in memória) e María Petronilha Löw (in memória) que são a essência da minha existência, seres incríveis, que tornaram a minha vida repleta de sonhos concretos.

Agradeço a DEUS, por conduzir meus pensamentos, me guiando para o conhecimento.

Aos meus pais, Hans e Maria Petronilha, agradeço por todo amor e confiança que sempre depositaram em mim durante toda minha vida.

Ao meu esposo Marco, companheiro de todos os momentos, pela compreensão e pelo carinho ao longo do período de elaboração desta dissertação.

Ao meu filho Philip Löw, com seu sorriso, brincadeiras e otimismo sempre me fez acreditar que nunca podemos desistir, "pois se não dá de um jeito dá do outro".

A minha sogra que sempre torceu por mim, mesmo sabendo a dificuldade que seria concluir mais essa etapa da minha vida.

A minha família que sempre acreditou em mim, aos meus irmãos Maurício, Wilson, Jomo e Ruth e as minhas cunhadas e amigas: Cecília, Maricene e Sheila pelo incentivo e participação nessa minha conquista.

Aos meus sobrinhos Jamila, Jordana, Raiany, Paulo, Barbara, Eduardo e Isaac.

À professora Dra. Taka Oguisso, agradeço pela orientação e colaboração para que esta dissertação resultasse em sucesso e por toda paciência nos momentos de ansiedade e preocupação... E desculpe pelas dores de cabeça. Obrigada pela oportunidade de crescimento profissional!

Ao professor Dr. Genival Fernandes Freitas, pelas orientações e colaboração com materiais e por todos os ensinamentos que compartilhou durante estes dois anos.

Ao professor Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, pelas sugestões e orientações no início do projeto e por possibilitar minha compreensão dos dados. Obrigada por toda confiança depositada em mim.

À professora Dra. Luiza Akiko Komura Hoga, quem eu não poderia deixar de agradecer, por sempre acreditar e torcer por mim.

A minha diretora técnica na DRS-1 (Divisão Regional de Saúde da Grande São Paulo), Heliana Nomyana, por compreender todas as dificuldades deste processo e sempre me apoiar.

Aos amigos da DRS-1, que me apoiaram e compreenderam meu distanciamento.

Aos profissionais e amigos do Hospital Dr. José Soares Hungria, que me apoiaram do início ao fim desta minha jornada.

À bibliotecária Ivone C. Maciel, do Centro de Estudos José Celestino Bourrol, pelo apoio e pela dedicação durante a coleta de dados.

À amiga Thais Araujo, pelo apoio, pela disponibilidade em ajudar e por sempre se mostrar presente, mesmo estando longe.

A Magali Hiromi Takashi por introduzir-me ao Grupo de Pesquisa "História e Legislação da Enfermagem", transformando meu sonho em realidade.

Ao meu novo amigo, Jorge Alves de Lima, agradeço pela contribuição na revisão do texto.

Aos membros de Grupo de Pesquisa "História e Legislação da Enfermagem", pelas dicas, pelas discussões e por todo o aprendizado.

"O período de maior ganho de conhecimento e experiência é o período de maior dificuldade na vida de cada um."

Dalai Lama

Löw, L. Enfermeiras negras na Revolução Constitucionalista de 1932 [Dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2013.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar e analisar a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932, bem como compreender a formação da história da Legião Negra, que contou com um grupo de mulheres que tinha por missão cuidar dos combatentes feridos desse conflito, daí serem chamadas enfermeiras. Com isso, pretende-se colaborar com os estudos sobre questões étnicas no âmbito da enfermagem, para, a partir de fontes documentais preservadas em arquivos históricos, alcançar as origens, a estrutura organizacional, a dinâmica de funcionamento, os métodos de arregimentação e o desempenho das mulheres negras no front de batalha. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi considerada, por diversos autores, como o maior conflito armado já ocorrido em solo brasileiro e contou com a participação de diferentes etnias. Neste sentido, pretende-se identificar como e porque aquelas mulheres foram caracterizadas e cognominadas como enfermeiras. Embora a escravidão tenha sido legalmente abolida no país, ainda no período imperial, na República, que o sucedeu, o racismo continuou a persistir na sociedade. Como segmento dessa sociedade, a enfermagem, como profissão, que tem entre suas funções principais cuidar de doentes, também refletia esse racismo, de forma clara ou velada. De fato, pode-se dizer que tal preconceito perdura até os dias de hoje nos espaços sociais de trabalho do pessoal de enfermagem, como demonstram as atuais políticas públicas de saúde e campanhas ministeriais voltadas para o combate às formas de intolerância em relação aos brasileiros de origem africana.

Descritores: racismo, discriminação, enfermagem, Revolução Constitucionalista de 1932, história da enfermagem.

Löw, L. Black nurses in the Constitutionalist Revolution of 1932 [Dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2013.

ABSTRACT

This study aimed at identifying and analyzing the black women participation in the 1932 Constitutionalist Revolution as well as understanding the history of the Black Legion, which counted with a group of women called nurses due to their mission to care of wounded combatant of this armed conflict. Thus, it is intended also to collaborate with other studies on ethnical issues within Nursing and through documental sources, preserved at the historical archives, reach the origins, organizational structure, functioning dynamics, methods for calling and performance of black women at the battle front. The 1932 Constitutionalist Revolution was considered by several authors as the greatest armed conflict in the Brazilian territory in which had participated different ethnic groups such as the Black Legion. For this purpose, it is intended to identify how and why these women were characterized and called as nurses. Although the slavery had been abolished in the country, still within the imperial period, in the Republic which followed it, the racism has continued to exist in the society. As a segment of this society, the nursing as profession, which has among its main functions to care of sick people, has reflected such racism, in a clear or veiled way. As a matter of fact, it is possible to say that such prejudice has existed until these days within job social spaces of nursing personnel as shown on the current health public policies and ministerial campaigns targeting combat against all forms of intolerance related to Brazilians of African origin.

Keywords: racism, discrimination, nursing, 1932 Constitutionalist Revolution, nursing history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Um dos maiores time do Brasil faz propaganda contra o racismo 18

Figura 2 - Propaganda Contra o Racismo, Ministério da Saúde 20

Figura 3 - Foto do Estado de São Paulo 52

Figura 4 - Índios que se apresentaram como voluntários para lutar na revolução Constitucionalista de “32”. 57

Figura 5 - Reportagem do jornal da época relatando entrega da bandeira ao grupo de bombardas da Legião Negra. 59

Figura 6 - Reportagem do jornal da época relatando a inauguração do serviço de assistência e proteção aos filhos dos soldados da volorosa unidade da “Legião Negra” 63

Figura 7 - Os Homens de cor e a causa do Brasil 65

Figura 8 - Reportagem de jornal relatando o embarque para o “front” dos chefes militares da revolução 67

Figura 9 - Reportagem do jornal A Gazeta sobre os organizadores da assistência ás Famílias dos Soldados Pretos que lutam com dificuldade 70

Figura10 - Reportagem de jornal da época relatando a grandeza da alma feminina numa rude campanha de trabalho e sacrifício 73

Figura 11 - Reportagem do jornal “A Gazeta” sobre as novas enfermeiras de guerra da Cruz Vermelha Brasileira 75

Figura 12 - Reportagem do jornal “A Gazeta” sobre a participação feminina na Revolução Constitucionalista de 1932 76

Figura 13 - reportagem do jornal da época que retrata a participação da “Legião Negra” e os serviços das mulheres de cor. 80

Figura15 - Oficiais e enfermeiras da Legião Negra que atuaram na revolução Constitucionalista de 1932; 84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 A QUESTÃO DA RAÇA, DO RACISMO E DA EUGENIA NO BRASIL 16

1.2 IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR HISTÓRIA 26

1.3 ENFERMAGEM E QUESTÃO RACIAL – FLORENCE NIGHTINGALE E MARY SEACOLE 28

1.4 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO BRASIL 32

2 OBJETIVOS 37

2.1 OBJETIVO GERAL 37

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 37

3 REFERENCIAL TEÓRICO 38

4 MATERIAL E MÉTODO 45

5 MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA EM SÃO PAULO 47

5.1 PRIMÓRDIOS 47

5.3 NEGROS E ÍNDIOS NA REVOLUÇÃO DE 1932 55

5.4 SURGIMENTO DA “LEGIÃO NEGRA” 57

5.5 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 71

5.6 UMA FISSURA NO SILÊNCIO: ATUAÇÃO DE MULHERES NEGRAS 76

REFERÊNCIAS 89

ANEXOS 94

1 INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que parecia ser suficiente contar a história como uma simples sucessão de acontecimentos, com nomes de personagens considerados heróis ou heroínas, ou como uma reflexão abstrata de filósofos, sociólogos e pensadores. Neste sentido, as últimas abordagens sobre o conteúdo dos Cuidados de Enfermagem, suas características e elementos, têm feito, indiretamente, do professor de História da Enfermagem, uma peça-chave e indispensável para a formação dos futuros enfermeiros (Conesa/Calatrava). Por outro lado, a interiorização dos postulados atuais, como a interdisciplinaridade, está relacionada com uma ampla compreensão das atividades experimentadas ao longo do tempo, que exige investigar o passado.

Assim, este componente curricular, que era entendido basicamente como uma justaposição de meros dados descritivos e cronológicos, dentro de um sistema de referências no currículo mínimo de enfermagem, trata hoje de explicar seu sentido, incorporando a renovação epistemológica e metodológica da história, com suas diferentes teorias, para incluir essa concepção dinâmica, reflexiva e estrutural do passado como necessária à formação e à orientação profissional. Recuperar a memória e estudar a História da Enfermagem capacita o saber ser enfermeiro, pois dota o profissional de competências imperiosas à administração dos serviços de enfermagem, ao gerenciamento de conflitos, à destituição de mitos, racismo, preconceitos e intolerâncias que, muitas vezes, emperram o desenvolvimento da assistência de enfermagem (Oguisso e Campos, 2009).

A aproximação entre enfermagem e história, avaliada em sua nova concepção, permitiu problematizar o passado da profissão, ou

seja, analisar a História da Enfermagem em seus contextos múltiplos, percursos diversos e diferentes personagens, ilustres ou inominados, profissionais ou pré-profissionais. O apaixonante caminho dos feitos historiográficos, isto é, das construções científicas em relação ao estabelecimento dos feitos, indica múltiplas linhas de investigação, nas quais o diálogo entre diferentes saberes torna-se imprescindível e, em alguns casos, até prioritários.

Portanto, a história está longe de ser apenas o registro de acontecimentos do passado, resultado de narrativas oficiais originadas no centro do poder, que era o paradigma na escrita da história. Interessados em novas possibilidades de interpretação do passado, historiadores passaram a buscar nos acontecimentos vividos por homens e mulheres comuns um novo caminho de reconhecimento do tempo histórico, ao contrário da tradição, que valorizava apenas os feitos dos grandes heróis, atribuindo valores e identidades que nem sempre correspondiam à realidade, manipulando, desse modo, a história, ao avaliá-la positivamente como única via, vista sempre de cima para baixo (Oguisso e Campos, 2009, p.11)

Souza Campos e Oguisso referem que o interesse por uma história vinda de baixo implicou no aumento significativo do objeto, das abordagens e dos problemas para a investigação em história, ampliando o papel dessa área de conhecimento. Questões anteriormente consideradas de menor importância tornaram-se alvo de estudos mais aprofundados, redimensionando-se as interpretações sobre o passado. Desse movimento, surgiram histórias sobre crianças, doenças, mulheres, corpo, sexualidade, loucura, entre muitas outras, identificadas inicialmente como história das mentalidades, por adotar conceitos da antropologia, da sociologia e da psicologia. Tal renovação foi atribuída à *École des Annales,* movimento que reuniu historiadores franceses, que eram

contrários à escrita da história tradicional, e, por isso, foi chamada de História Nova ou *nouvelle histoire*.

Essa renovação da escrita da história teve especial identificação com a História da Enfermagem, que constitui basicamente uma história de mulheres. Investigações mais recentes sobre história, no Brasil, vêm incorporando a produção historiográfica sobre ações e acontecimentos realizados por mulheres, que incluem mulheres ou que tenham participação feminina. Assim, contar a história das mulheres ou de suas experiências contribuiu para retirá-las da penumbra na qual foram colocadas, favorecendo significativamente a ruptura de uma escrita estanque e esquemática da história, narrada a partir de uma sequência de fatos e acontecimentos praticados por personagens ilustres, quebrando-se, assim, definitivamente, a noção dominante, isto é, da história como realização de homens ou de personagens masculinos (Oguisso/Campos).

De forma unilateral, a historiografia tradicional narrava muito pouco sobre a atuação de mulheres, pois o positivismo que orientava a escrita da história até o início do século XX também considerava a experiência de mulheres como irrelevantes, avaliando suas ações como menores quando comparados com os feitos masculinos que deveriam ser perpetuados. A escrita da história impunha uma visibilidade restritiva à participação da mulher no processo histórico, algo semelhante ao padrão de comportamento que as classificavam como dóceis, abnegadas, submissas, frágeis e voltadas para a manutenção da ordem familiar, exclusivamente.

Neste processo, os métodos e as técnicas de pesquisa, utilizados por outras ciências, foram sendo incorporados à história, o que possibilitou a produção de novo conhecimento histórico. Tais abordagens abriram novas perspectivas de interdisciplinaridade – e a ampliação de fontes documentais reduziu limites entre as diversas

áreas do conhecimento, permitindo maior aproximação e diálogo entre cientistas dos diferentes campos. A utilidade desse encontro de saberes pela interdisciplinaridade foi demonstrada na medida em que transformou a produção do conhecimento e derrubou mitos e preconceitos.

O reconhecimento da importância do passado como possibilidade de retomar caminhos interrompidos ou de avaliar os caminhos percorridos tem revelado seus impactos em diferentes áreas do conhecimento. A enfermagem tem demonstrado interesse em apoiar e desenvolver pesquisas para resgatar o seu passado e a história da profissionalização e de sua equipe de trabalho, como demonstram livros e trabalhos publicados mais recentemente.

Considerando que a História da Enfermagem é uma história de mulheres, e havendo interesse em contar uma história vivida e vista de baixo por um grupo minoritário dentre essas mulheres – o de negras – surgiu a motivação para esse estudo. Tal interesse não se baseia apenas numa vivência pessoal, como enfermeira negra numa sociedade que ainda sustenta um tipo de racismo camuflado, silencioso e in(visível), capaz de deteriorar a autoestima de quem o sofre, mas em conhecer um pequeno grupo de mulheres negras que participou da Revolução Constitucionalista de 1932, cuidando dos combatentes, e tentar, assim, compreender as questões que permanecem subjacentes em nossa sociedade.

1.1 A QUESTÃO DA RAÇA, DO RACISMO E DA EUGENIA NO BRASIL

Raça, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, de Michaelis, é o conjunto dos ascendentes e dos descendentes de uma mesma família ou de um mesmo povo; já racismo é uma teoria que afirma a superioridade de certas raças humanas sobre as

demais, enquanto eugenia é a ciência que se ocupa com o estudo e o cultivo de condições que tendem a melhorar as qualidades físicas e morais de gerações futuras, especialmente pelo controle social dos matrimônios.

Os termos raça, racismo e eugenia foram muito discutidos no Brasil no século XX, como se pode ver a seguir.

Figura 1 - Um dos maiores time do Brasil faz propaganda contra o Racismo

Fonte:http://acritica.uol.com.br/craque/Brasileirao-campeonatos-ingles-italiano-alemao_0_738526229.html

Costuma-se dizer que o início da classificação humana em raça se dá no século XVIII, denominado Século das Luzes, quando o ser humano começava a buscar outras razões para explicar os fenômenos que o cercava, sem se basear somente nas explicações da igreja. Assim, para saber quem eram os outros recém-descobertos, os estudiosos usavam os conceitos de raça existentes nas ciências naturais e nomearam esses ‘outros’, que se integraram à antiga humanidade como raças diferentes (Brandão, 2004, p. 52).

A partir dessa classificação e do desenvolvimento da medicina, passou-se a não somente classificar os indivíduos dentro dos critérios de raça, mas iniciou-se o processo de valorá-las dentro de uma escala, relacionando, assim, o biológico com qualidades morais, psicológicas, culturais e intelectuais. Dessa forma, a classificação passou a considerar que indivíduos de “raça branca” eram superiores aos de outras raças em função das suas características físicas, o que, consequentemente, os tornavam mais aptos a dominar as outras, principalmente a negra, que foi considerada a mais emocional, a menos honesta e a menos inteligente (Brandão, 2004, 52).

Algumas pesquisas têm demonstrado que as relações sociais estão marcadas pela desigualdade – e que o fator cor/raça é determinante para a exclusão dos indivíduos. A exclusão da população negra é diagnosticada em todos os estudos estatísticos, demonstrando a concentração dos afrodescendentes em situação de desigualdade, destacando-se nos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira (Lopes, 1934, p12.).

Figura 2 - Propaganda Contra o Racismo, Ministerio da Saude

Fonte: Ministério da Saúde, Governo Federal. Brasil, 2007

Estamos diante de uma verdade indubitável: pratica-se, no Brasil, uma exclusão pela cor, pela raça/etnia do sujeito, pela atribuição de valor diminutivo e depreciativo ao indivíduo portador de determinada cor de pele. Esse processo de estigmatização e biopoder denomina-se racismo. Amaro enfatiza que o racismo brasileiro, tendo em conta as práticas divisórias que institui as relações sociais, é polêmico, mas sua existência é inexorável (Amaro, 2005, p.15).

Outra questão relacionada à segregação social é a eugenia, um movimento de caráter intelectual e racista que, desde a

campanha abolicionista, defendia o ideal do embranquecimento do povo brasileiro. Ultrapassando as fronteiras europeias, alguns países organizaram associações científicas para a propaganda e o esclarecimento dos ideais eugênicos, que alcançaram o Brasil no final da primeira década do século XX (Garcia,1993, pag.1).

De acordo com a historiadora da ciência, Nancy Stepan, eugenia é um vocábulo inventado, em 1883, pelo inglês Francis Galton (1822-1911) e deriva do grego *eugen-s*, que significa "bem nascido". Galton era sobrinho de Charles Darwin, autor de "*A origem das espécies"*, e escreveu o livro 'Hereditary genius', no qual elaborou a doutrina do aperfeiçoamento racial.

Stepan (2005) afirma que outros pesquisadores definiram a eugenia como um movimento pelo 'aprimoramento' da raça humana; vale dizer, pela preservação da "pureza" de determinados grupos. Como movimento social, envolveu propostas que permitiram à sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária, encorajando indivíduos e grupos "adequados" a se reproduzirem e, talvez mais importante, desencorajando ou evitando que os "inadequados" transmitissem suas "inadequações" às gerações futuras.

Um de seus representantes no Brasil foi o médico Renato Ferraz Kehl (1889-1974), defensor da eugenia e presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia, que acreditava que a miscigenação racial conduziria o Brasil para uma catástrofe. Importante lembrar que ele viveu em uma época em que havia grande preocupação com a identidade nacional e com a formação da nacionalidade brasileira. Como médico e farmacêutico, apoiava-se nos saberes das ciências biomédicas para a construção dessa nacionalidade brasileira. Segundo Santos (2008, p.25.) Renato Kehl dizia que os "mestiços traziam os vícios e os defeitos das "raças" inferiores; portanto, eram preguiçosos e parasitas, como herança de

índios, negros e portugueses" O pensamento de Kehl pode ser resumido no texto abaixo:

> Eugenia é a ciência da boa geração. Ela não visa como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de gentes feias. Seus objetivos não se restringem à calipedia, isto é ter filhos bonitos. A beleza é um ideal eugênico. (Mas a ciência de Galton não tem horizontes limitados; ao contrário, seus intuitos além de complexos são de uma maior elevação (Santos, 2008)).

O objetivo pretendido da eugenia era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração racial. Alguns intelectuais, durante a vigência dessas ideias, destacavam a inferioridade e a degeneração dos mulatos. Os cruzamentos "promíscuos" eram produtos de indivíduos incapazes para o progresso da nação. O pessimismo em relação ao perfil racial brasileiro poderia ser superado se as ideias e práticas de eugenismo nacional fossem adotadas. Recebida como uma arma capaz de promover uma "nova ordem social", pela melhoria da raça, a eugenia encontrou, em Renato Kehl, um de seus mais importantes divulgadores (Santos, 2008, p.56).

Em 1934, a revista Anais de Enfermagem publicou, na coluna Página do Estudante, o texto de Lycia Ribeiro Lopes, intitulado "A Eugenia". Nesse texto, a autora referia que "as classes cultas da sociedade brasileira começam a inquietar-se principalmente diante da ruína física, mental e moral que tende caracterizar a época atual em nosso país, e já compreendem a necessidade imperiosa de medidas capazes de conduzir-nos a uma regeneração coletiva".

Ainda segundo essa autora, "sem eugenia, nada teremos realizado em proveito do Brasil de amanhã, e que antes de pensarmos em qualquer outro problema nacional, devemos cuidar do HOMEM BRASILEIRO, regenerado pela Eugenia, e por ela tornado capaz de prolongar sua prole, feliz, forte e sadia!".

Rodrigues (1932) expôs o pensamento do médico maranhense em seu livro "*Os africanos no Brasil"*, no qual sintetiza seu pensamento sobre a população negra:

> "A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus defensores, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo." (Rodrigues, 1932, p. 224)

Daí a associação entre eugenia e racismo, no Brasil, ser tão direta Gilroy (2002, p.11) referiu, em seu livro "There ain't no black in the union Jack", que o racismo "se move ordenada e imutavelmente através do tempo e da história". Uma vez que o racismo é um conceito móvel, diversos grupos podem ocupar o lugar do grupo oprimido. Para Fanon (1956, p. 243) trata-se, acima de tudo, de uma relação social, "uma hierarquização sistemática buscada impiedosamente, ancorada em estruturas materiais e inserida em configurações históricas de poder".

Para Albert Memmi (1993), "o racismo não é uma teoria científica, mas um conjunto de opiniões, ainda por cima, pouco coerentes (...). É a valorização, generalizada e definitiva, de diferenças biológicas, reais ou imaginárias, em proveito do acusador e em detrimento da sua vítima, a fim de justificar uma agressão". Na verdade, a definição de Memmi (1993), baseada em um tipo de encontro individualizado entre o racista e sua vítima, não dá conta de formas mais abstratas, indiretas, ocultas, mesmo "democráticas" desse tipo de prática, visto que o racismo "está no ar" e circula lateralmente; os oprimidos podem perpetuar o sistema hegemônico ao transformar um ao outro em bode expiatório, de modo a beneficiar o topo da hierarquia (Shohat et al).

Ellison (1972, p 15) matiza a questão, ao afirmar que a "desgraça do negro foi ter sido associado ao lado negativo do dualismo básico da mentalidade do homem branco e a quase tudo que ele reprime da sua consciência". A discriminação racial resultante do racismo envolve todo um conjunto de dispositivos possíveis, que tomam formas diversas para que um grupo aumente seus trunfos em detrimento de outros grupos. "É a introdução do conceito de discriminação que permite reduzir a competição do grupo ou dos grupos concorrentes em relação aos trunfos" (Raffestin, 1993, p. 132).

Campos e Oguisso (2006), pesquisador e estudioso da questão do negro no Brasil, ensina que:

> O início do século XX evoca o surgimento de um sistema político fundado na cidadania. A posse de negros havia acabado legalmente, mas as representações da escravidão ainda projetavam imagens que depreciavam os negros. Ao mesmo tempo, o período inaugura a formação profissional da enfermagem brasileira, com a adoção do modelo oficial de ensino da enfermagem no Brasil, como uma das realizações da reforma Carlos Chagas, que reorganiza a estrutura sanitária federal nos anos 1920. O período permite entender as origens da institucionalização do controle social em duas grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo. Especificamente, permite problematizar representações impostas às pessoas pobres e negras, cujos significados evocavam imagens sociais desprestigiadas, que os apresentavam como degenerados, pertencentes a um tipo humano inferior, primitivo, ainda que imageticamente. As representações sugeridas, presentes em discursos inaugurais da República, geraram um universo estereotipado, polissêmico e acentuado por uma legitimidade totalizadora, que pretendia controlar a população de negros, assim como suas interferências na vida social mais ampla. Produzidos e disseminados por intelectuais que assumiam diferentes postos na administração pública, dirigindo instituições de controle social, tais discursos vinculavam comportamentos à "compleição física", classificando tipos humanos considerados, nessa medida, como inferiores, débeis, comprometidos geneticamente, cujas "taras primitivas" os conduziam inevitavelmente à criminalidade e à devassidão (Oguisso e Campos, 2006, p. 16).

Nesse sentido, Bonini (2010) menciona que a “compleição física” a que se refere Souza Campos surgiu antes do Estado Novo (1930-1945), quando se identificavam os criminosos por traços característicos, antropométrico – o que permitia reconhecer um criminoso antes mesmo que ele pudesse cometer qualquer ato do qual merecesse ser julgado. Assim, o fenótipo é um importante fator para a instauração e a manutenção do racismo, pois os pares se reconhecem e passam a discriminar e julgar aqueles que apresentam características físicas distintas.

Segundo o filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio, o preconceito constitui uma opinião errônea (ou um conjunto de opiniões) que é aceita passivamente, sem passar pelo crivo do raciocínio, da razão. Para Bobbio, o preconceito é uma generalização superficial, um erro que faz parte do domínio da crença, não do conhecimento, ou seja, ele tem uma base irracional e, por isso, escapa a qualquer questionamento fundamentado num argumento ou raciocínio. Daí a dificuldade em combatê-lo – ou, nas palavras do filósofo italiano, “precisamente, por não ser corrigível pelo raciocínio ou por ser menos facilmente corrigível, o preconceito é um erro mais tenaz e socialmente perigoso”. Ao apresentar a base irracional do preconceito, Bobbio levanta a hipótese de que a crença na veracidade de uma opinião falsa só se torna possível por que essa opinião tem razão prática: ela corresponde aos desejos, às paixões, ela serve aos interesses de quem a expressa.

O Brasil entrou no século XX como uma sociedade altamente estratificada, tanto social quanto racialmente – uma sociedade que, apesar de apresentar-se formalmente como república liberal, era governada por uma pequena elite, em sua maioria branca, e na qual menos de 2% da população votava nas eleições nacionais; uma sociedade na qual a maioria das pessoas era negra ou mulata e analfabeta; que, apesar da separação técnica entre a igreja e Estado, a Igreja Católica mantinha considerável influência; e na qual

o liberalismo democrático era visto por muitos intelectuais como irrelevante ou prejudicial para o futuro do país (Silva, 2006, p.198)[1].

Segundo Paixão (2003), no Brasil, a faceta do racismo encontra-se muito presente. Criou-se, ao longo do século XX, uma imagem de que esse seria um país isento de preconceito racial. Isso se deu por causa da mestiçagem encontrada no povo brasileiro, que remonta de sua colonização pelos portugueses e do histórico de escravidão do negro africano trazido para trabalhar nas lavouras. (Paixão, 2003, p. 212)

Do mesmo modo, o preconceito de cor, ainda que pudesse ocorrer em alguns casos, seria atenuado por uma série de fatores de corte subjetivos e afetivos, ampliando as possibilidades de convívio entre as diferentes cores/etnias, fazendo crer que, em nosso país, tenha sido gerada uma inédita democracia racial. Munanga (2004, p. 63) “aponta que a mestiçagem no Brasil se deu a partir do “ideal do branqueamento”, que buscava embranquecer a sociedade, desvalorizando, assim, a raça negra”. Essa ideologia reforça a iniciativa para homogeneizar a sociedade e estimular que o negro assimile a cultura do branco, considerada a cultura superior.

Soligo (2011), psicóloga e professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, em sua pesquisa, pediu para que os entrevistados atribuíssem dez adjetivos aos homens e mulheres negros. Ainda, de acordo com Soligo (2011), na primeira fase, houve equilíbrio nas respostas. Os pesquisados utilizaram adjetivos positivos para definir os negros, como competentes, alegres, fortes. Em seguida, eles foram estimulados a qualificar esses adjetivos, atribuindo-lhes características. O resultado final revelou que a maioria dos entrevistados, aí incluídos, também

[1] Fausto (2006) cita que, em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetismo atingia 99,9% e, entre a população livre, aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando eram consideradas somente as mulheres. O negro, ao ser libertado, foi promovido à condição de cidadão, mas inserido numa sociedade discriminatória, pois, além de não ter direito ao voto, também não possuía oportunidade de escolarização.

os negros, limitava-se a reproduzir os chavões sociais. O negro é alegre porque gosta de samba e Carnaval, forte porque se dá bem nos esportes; e competente para trabalhos braçais. “O adjetivo é positivo, mas o papel social ligado ao negro mostra um preconceito arraigado na nossa cultura”, considerou a pesquisadora, que concluiu que o problema do racismo brasileiro é antigo, pois existe desde a época do Brasil colonial. Nesse sentido, o racismo no Brasil fica mais evidente quando o brasileiro identifica o negro com seu papel social (Soligo, 2011, p. 1).

O indivíduo que sofre discriminação racial, particularmente em sua profissão, sente-se desmotivado, inseguro e sem identidade, pois esta ferida (in)visível o acompanha, alterando seu comportamento e afetando seus laços afetivos na sociedade em que estiver inserido. Infelizmente, essa situação persistiu, atravessando décadas e séculos, incólume, como pode ser observado num cartaz do Ministério da Saúde, de 2007, destacando um fato comum, reproduzido na mensagem de que “muitas vezes, praticamos o racismo e nem percebemos”, num flagrante reconhecimento oficial das autoridades de que o racismo e a intolerância racial ainda persistem nos meios social e profissional dos serviços de saúde.

1.2 IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR HISTÓRIA

Na elaboração de trabalhos científicos, a história constitui importante base para rever caminhos já percorridos, na busca de lacunas para serem analisadas, no aprofundamento de estudos ou de reflexão temática, para destacar a origem de um acontecimento ou iniciar uma reflexão sobre diversas temáticas. Todavia, mais que uma narrativa linear, introdutória ou sobre acontecimentos notáveis, a história deve problematizar contextos histórico-culturais, bem como fundar suas análises a partir de evidências, registros ou sinais, que

permitam o acesso a outras possibilidades de interpretação do passado.

No presente estudo, pretende-se focar uma história vista de baixo, que apresenta a experiência de mulheres negras, socialmente identificadas como “enfermeiras negras” de acordo com Villa (2008, pag. 56 e 57). Sobretudo, ao recuperar esta micro-história, vivida nos meses dessa guerra paulista, o estudo pretende analisar a participação de mulheres negras no processo histórico da formação da identidade e da legitimidade da enfermagem brasileira. Ao dialogar com campos de atuação e pesquisa próprios de outras ciências, os estudos históricos, produzidos, tanto por historiadores, quanto por enfermeiros, têm apresentado resultados significativos. No caso específico da enfermagem, os resultados indicam que o reconhecimento do passado interfere na prática assistencial, além de agir poderosamente na orientação profissional.

Assim, baseado nos Princípios e Diretrizes do SUS, segundo as atribuições definidas na Lei 8.080, Art. 7º, as ações e os serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, dentre eles a *universalidade* de acesso aos serviços de saúde, em todos os níveis de assistência, a *integralidade* de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; *a igualdade da assistência* à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Assim, para a abordagem mais reflexiva sobre o tema, faz-se necessário compreender como se deu o surgimento da enfermagem no mundo e no Brasil e como o processo político influenciou essa época.

1.3 ENFERMAGEM E QUESTÃO RACIAL – FLORENCE NIGHTINGALE E MARY SEACOLE

Na trajetória evolutiva da sociedade, a ação de cuidar ou "tomar conta" de pessoas, no sentido de ajudá-las a cuidar de si e de atender às suas necessidades vitais, confunde-se, no tempo, com o trabalho da mãe que nutre os seus filhos e deles cuida. Da mesma forma, como mulher, deveria cuidar de outras pessoas dependentes, como idosos, feridos e doentes. A proteção materna instintiva, nestes termos, pode ser considerada como primeira forma de manifestação de cuidados do ser humano com seus semelhantes.

> Historicamente, pode-se dizer que os cuidados dispensados a uma pessoa na sua própria habitação é uma das mais antigas – ainda que rudimentares – formas de atenção ao ser humano. Esses cuidados existiram desde que surgiu a vida, uma vez que seres humanos sempre precisaram de cuidados; vale dizer, "cuidar é o ato de vida que tem como fim, primeiro e antes de tudo, permitir que a vida continue a desenvolver-se e, assim, lutar contra a morte: morte do indivíduo, morte do grupo, morte da espécie" (Collière; 1989 p.102).

Na medida em que grupos humanos abandonavam o nomadismo e se fixavam em determinado território, formando os primeiros assentamentos humanos, surgiram primitivas organizações sociais, nas quais homens e mulheres assumiam funções distintas nesse embrião de sociedade. Homens dedicavam-se à caça e à pesca com todos os riscos inerentes a essas tarefas, e mulheres voltavam suas ações para as lides domésticas. Ambos, porém, dedicados a cuidar; isto é "manter a vida dos seres humanos como objetivo de permitir a reprodução e a perpetuidade da vida do grupo" (Collière, 1989, p.103).

Podemos demarcar os primórdios da enfermagem na Grécia antiga, com as mulheres que viviam alheias aos processos de discussão, que só cabiam aos homens, dedicando-se, assim, aos cuidados dos filhos, dos maridos e dos doentes, tornando-se, desta forma, as primeiras "médicas" e "anatomistas" da história ocidental. Essas mulheres realizavam partos, abortos e tratavam os doentes com plantas e ervas medicinais (Boreinstein, 1998, p. 98).

O marco histórico da enfermagem, propriamente dita, surgiu com Florence Nightingale, que, após participar da Guerra da Crimeia (1854), cuidando de soldados feridos – e baixando a mortalidade entre eles de 40% para 2%, escreveu o livro "Notas sobre Enfermagem" (1859). Nesse livro, descrevia não apenas questões práticas da enfermagem, mas também sobre a formação da identidade da enfermeira.

A moderna historiografia da enfermagem veio a descobrir que, mesmo antes desse texto de Florence Nightingale, já havia sido publicada, em espanhol, em 1833, a obra de Frei José Bueno Y Gonzáles, intitulada "El arte de Enfermería". Esta obra, segundo Chaverri (1995), consiste em um tratado com critérios enciclopédicos, embora empíricos, com vislumbres de filosofia, metafísica e política assistencial. Chaverri (1995) destaca que tanto a obra de Nightingale (1859) como a de González (1833) apresentam evidências importantes na direção do desenvolvimento da enfermagem como ciência.

Segundo Bonini (2010), a enfermagem, com Florence Nightingale[2], elevou o cuidado a um patamar aristocrático e nobre,

[2] Florence Nightingale (1820-1910), de família aristocrática, nobre e bem relacionada, era uma mulher além de seu tempo, culta, poliglota, brilhante e impetuosa, que se rebelou contra o papel convencional reservado para as mulheres de seu *status*, que seria tornar-se esposa e mãe, submissa ao marido. Decidiu, então, dedicar-se à caridade. Contra a vontade de familiares, chegou a visitar doentes em hospitais, que, na época, não eram locais de tratamento, mas apenas de abrigo para pobres e doentes. Na sua ânsia de mudar essa situação, buscou o Instituto de Diaconisas, fundado pelo pastor luterano Theodor Fliedner (1800-1864), em Kaiserswerth, na Alemanha, para aprender a cuidar de doentes. Ali, encontrou seu caminho e sua vocação na enfermagem, que se

definindo-a como uma prática necessária, que poderia e deveria ser exercida como uma profissão digna.

Para modificar a situação da enfermagem como era praticada naquela época, na Inglaterra de seu tempo, Florence teve que aplicar as lições aprendidas e observadas durante suas inúmeras viagens, assim como as vividas na França e, posteriormente, na Guerra da Crimeia. Preocupada com os menos favorecidos, pobres e doentes, que não possuíam assistência ou proteção contra doenças, Florence teve relevante papel na reforma das Leis dos Pobres, juntamente com Charles Villiers, presidente do *Poor Law Board* (Comitê de Lei para os Pobres) em 1846. Conseguiu estender o papel do Estado para muito além do fornecimento de tratamento médico. Porém, o grande feito de Florence Nightingale foi, sem dúvida, sua participação na Guerra da Crimeia, em 1854. Florence Nightingale conseguiu transformar a enfermagem prática em uma profissão digna, exercida com sabedoria, inteligência e conhecimento científico, contribuindo para elevar a formação da enfermagem moderna. Institucionalizou o ensino da Enfermagem, ao criar, em 1860, a primeira Escola de Enfermagem do mundo no Hospital Saint Thomas, na cidade de Londres.

Porém, ao mesmo tempo em que Florence Nightingale cuidava dos feridos na Guerra da Crimeia, existia outra enfermeira que se propunha também a cuidar dos feridos dessa guerra. Era Mary Jane Seacole, uma enfermeira negra, nascida em 1805, em Kingston, Jamaica, e que morreu em 14 de maio de 1881, em Londres. Era filha de mãe negra jamaicana e pai branco, escocês, oficial do exercito britânico. Mary Seacole era considerada crioula e

---

consolidou com a sua experiência vivida com as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Paris, no Hôtel Dieu (ainda existente como hospital público). Florence vestiu-se de forma idêntica às Filhas da Caridade e trabalhou como se fosse uma delas, cuidando de doentes que acorriam em grande número a esse hospital. Florence somente não dormia no convento com essas religiosas, mas assumiu e executou todas as funções que elas desempenhavam. Assim, complementou sua experiência da Alemanha com a prática de cuidar de doentes (Oguisso, 2007, p.130).

possuía direitos políticos limitados, mas recebeu uma boa educação e fazia parte da alta sociedade jamaicana.

Segundo relatos sobre sua vida, diferentemente de Florence Nightingale, Mary Seacole era uma pessoa tímida e dócil, mas carismática, determinada, perseverante e lutadora. Era conhecida também como Mãe Seacole entre os soldados e feridos de guerra. Herdou da mãe seu conhecimento sobre ervas medicinais e tinha adquirido suas habilidades de enfermagem nas epidemias de febre amarela e cólera que ela ajudou a combater em seu país e também em países vizinhos, como Bahamas, Haiti, Cuba e Panamá. Nesses países, ela aprimorou seus conhecimentos, aprendendo como as pessoas usavam plantas locais e ervas para tratar os doentes.

Ao tomar conhecimento da seleção que Florence Nightingale estava fazendo para cuidar dos feridos na Guerra da Crimeia, Mary Seacole se inscreveu, porém seu pedido foi negado. Mary Seacole, inconformada com a negativa de Florence Nightingale, mas determinada a ir cuidar dos feridos na Guerra da Crimeia, resolveu arrecadar fundos para sua própria viagem para Scutari. Com os recursos arrecadados, Scutari montou o British Hotel, que ficava a poucos quilômetros da frente de batalha, onde vendia bebida e comida para os soldados britânicos e, com o dinheiro arrecadado, ajudava nos cuidados médicos que os feridos de guerra precisavam. Atendia os soldados em campo de batalha e, diversas vezes, foi encontrada cuidando de soldados de ambos os lados.

Com o fim da guerra, em 1856, Mary Seacole retornou à Inglaterra. Logo quis partir para a Índia, para trabalhar como enfermeira, porém, desta vez, não conseguiu angariar os fundos necessários. O Museu Florence Nightingale, nessa cidade, reconheceu seu importante papel na enfermagem e, em

homenagem permanente a ela, exibe um busto de bronze na entrada[3].

1.4 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM NO BRASIL

Em países de línguas inglesa e francesa, existe certa hierarquia entre o trabalho desempenhado por profissionais preparados em nível universitário e aquele desempenhado pelos demais. A enfermeira francesa Marie Françoise Collière, em sua obra sobre promoção da vida (1989), julgava ser "imprescindível determinar a diferença entre ofício e profissão" [4], pois considerava ofício uma atividade exigida pela vida do grupo social. Assim, o ofício deveria assegurar serviço à comunidade, abastecer ou prestar determinados serviços. Já a profissão era o desenvolvimento de atividades por pessoas devidamente formadas e detentoras de um título, para poder exercer uma função regulamentada, dotada de um código de ética[5].

---

[3] De fato, sua bravura e suas habilidades nos cuidados aos soldados feridos fizeram-na merecedora de várias homenagens, como relatou em sua autobiografia, "*Aventuras maravilhosas da Sra. Seacole em muitas terras*" (1857). É um vívido relato de suas experiências – e é uma das primeiras autobiografias de uma mulher de raça mista.

[4] No Brasil, os próprios dicionários colocam profissão como sinônimo de ocupação, ofício, emprego ou meio de vida, embora expliquem que esse mister ou atividade requer conhecimentos especiais e, geralmente, preparação longa e intensiva. O termo ofício, pouco utilizado como sinônimo de profissão, segundo os dicionaristas, pode significar arte, emprego, função, incumbência, encargo, dever, papel, obrigação, serviço, cargo público ou oficial. O artigo 5º, no inciso XIII, da Constituição Federal brasileira, garante que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer". Por fim, ofício pode ser uma arte manual ou mecânica. A Lei n. 6.229, de 17 de julho de 1975, que dispunha sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde, fazia uma distinção entre profissão e ocupação ao referir-se à "formação e habilitação dos profissionais de nível universitário, assim como do pessoal técnico e auxiliar necessário ao setor de saúde" (art. 2º, inciso III) e também sobre "as condições de exercício das profissões e ocupações técnicas e auxiliares" (art. 1º, inciso I, alínea 5). Havia, pois, a distinção entre profissão e ocupação, e o profissional seria a pessoa qualificada ou empregada em uma das profissões. Mas, como referem Moreira e Oguisso, na prática, os termos têm sido usados indistintamente.

[5] Toda profissão é, na verdade, um tipo de trabalho ou ocupação, que traz subjacente, alguma remuneração para quem a exerce. Daí a inclusão de meio de vida como sinônimo de profissão, pois, quem a exerce, o faz para ganhar seu sustento pessoal e da família, donde decorre a diferença com voluntariado, no qual o voluntário não recebe remuneração pelo trabalho.

Segundo o pensamento de Claude Dubar, interpretado por Mongane (2001), a identidade profissional não deve ser confundida com a identidade social, mas ambas mantêm uma relação muito estreita, pois, segundo Dubar:

> O trabalho está no centro do processo de construção/desconstrução/reconstrução das formas identitárias profissionais, porque é pelo trabalho que os indivíduos, nas sociedades salariais, adquirem o reconhecimento financeiro e simbólico da sua atividade (Mongone, 2001, p.24).

Lima e Matão. (2010) descrevem as três fases distintas da evolução da enfermagem, sendo elas: a empírica ou primitiva, a evolutiva e a de aprimoramento. Segundo elas, na fase empírica ou primitiva, não havia profissionais e a assistência aos doentes era prestada por leigos, que usavam os mais diversos meios de tratamento, mesmo sem recursos ou conhecimentos.

A profissão de enfermeira, face à predominância de mulheres e à natureza do trabalho, se mostrava como uma prática social sexuada, implicando na necessidade de atributos que não se enquadravam na ordem dos conhecimentos técnicos, mas nas qualidades percebidas como intrínsecas à natureza feminina. Nesse sentido, a mulheres cujas aparições em público eram regidas por códigos precisos, não eram necessariamente concorrentes dos homens.

Segundo Barreira (1997), nos anos 1930, o modelo de enfermagem determinado pela conjuntura sanitária dos anos 1920, que tinha como área prioritária a saúde pública e, como cenário, o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, entrou em declínio. No que concerne à inserção da enfermeira na sociedade, a enfermeira diplomada permanecia entre a freira e a dama da sociedade dedicada à filantropia, estando as três, embora concorrentes, sob o controle ou a influência da Igreja Católica. No entanto, nem as

religiosas, nem as damas da sociedade se constituíam em modelos a serem imitados pelas enfermeiras diplomadas, em face da natureza do trabalho não remunerado de ambas.(Barreira, 1997, p.34)

Na Escola de Enfermagem do Hospital Saint Thomas, em Londres, foram lançadas as bases de ensino, com a preparação das primeiras enfermeiras dentro de um novo sistema, a chamada enfermagem moderna. Na fase de aprimoramento, a enfermagem passou a considerar a pessoa como um centro de cuidados, com atendimento individualizado, visando salientar a inter-relação dos aspectos biopsicossocioespirituais da pessoa humana (Moreira e Oguisso, 2005).

Segundo Moreira e Oguisso (2005, p. 124) “no Brasil, a profissionalização da enfermagem surgiu mediante a sistematização do ensino da prática do cuidar em enfermagem, antes exercida por pessoas sem o devido preparo técnico,” os escravos tiveram relevante função, ao auxiliarem as famílias e os religiosos nos cuidados de doentes, quando já haviam sido fundadas, no país, as Santas Casas de Misericórdia, no período compreendido entre 1543 e 1880 (Moreira e Oguisso, 2005, p. 29).

A profissionalização da enfermagem, ou seja, o início da enfermagem como atividade profissional, portanto, remunerada, foi inaugurada com a fundação no Hospital Nacional de Alienados, em 1890, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Instituições privadas se somaram a esse esforço oficial do governo, criando escolas e cursos abertos, como os realizados pelo Hospital Samaritano, em 1894, na cidade de São Paulo ou pela Cruz Vermelha Brasileira – filial de São Paulo, criada em 1912, curso para enfermeiras voluntárias em 1914. No Rio de Janeiro, a Cruz Vermelha Brasileira ofereceu curso para

enfermeiras profissionais, desde 1916; além da Policlínica Botafogo, em 1917, também no Rio de Janeiro; entre outras experiências que extrapolaram a oficialidade dos acontecimentos, da qual a história se serve para compreender o passado (Oguisso, Campos e Freitas, 2011, p.53)

A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), atual Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), começou a funcionar em 1923, subordinada à Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP (então pertencente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores). Pelo Decreto Federal 6.300/1923[6], foi aprovado o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, que fiscalizava o exercício profissional de médicos, farmacêuticos, dentistas, parteiras, massagistas, enfermeiros e optometristas.

Através do Decreto Federal 17.268/1926, foi institucionalizado o ensino de enfermagem no Brasil e, em 1931, pelo Decreto 20.109/1931, da Presidência da República, a Escola Ana Neri foi considerada a escola oficial padrão para todo o país.

Segundo Barreira (1997), o processo de seleção de candidatas à Escola já fazia exclusão sistemática de moças negras e mestiças, o que poderia ser observado em fotos e documentos existentes no Centro de Documentação e Memória da EEAN/UFRJ (ademais, para se vincular ao curso, a aluna deveria ser sóbria, honesta, leal, digna de confiança, pontual, calma, ordeira, correta e

[6] No curso de Enfermeiras (conforme Decreto 16.300/23), constavam os seguintes programas de instrução: Princípios e métodos da arte de enfermeiras; bases históricas, éticas e sociais da arte de enfermeiras; anatomia e psicologia; higiene individual; administração hospitalar; terapêutica, farmacologia e matéria médica; métodos gráficos na arte de enfermeira; física e química aplicadas; patologia elementar; parasitologia e microbiologia; cozinha e nutrição. *Arte de enfermeira*: em clínica médica; clínica cirúrgica; doenças epidêmicas; doenças venéreas e da pele; tuberculose; doenças nervosas e mentais; ortopedia; pediatria; obstetrícia e ginecologia; otorrinolaringologista; oftalmologia; higiene e saúde pública; Radiografia; Campo de ação da enfermeira; problemas sociais e profissionais. *Parte especializada (quatro últimos meses)* - Serviço de saúde pública; Serviço administrativo hospitalar; Serviço de saúde pública; Serviço administrativo hospitalar; Serviço de dispensários; Serviço de laboratórios; Serviço de sala de operações; Serviço privado; Serviço obstétrico; Serviço pediátrico.

elegante, em uma época em que as mulheres eram criadas para cuidar do lar). O formulário de inscrição não incluía o item sobre a cor da candidata, mas algumas fichas apresentavam anotações escritas à mão sobre tal característica, indicando o preconceito racial (Barreira, 1997, p. 65).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para os estudos sobre a participação do negro na enfermagem no Brasil e no mundo, um dos temas desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em História e História e Legislação da Enfermagem ENO/EEUSP-CNPq.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1- Discutir a questão do preconceito racial e enfermagem no Brasil.

2- Descrever a problemática da exclusão de negras da Escola de Enfermagem na década de 1930.

3- Analisar a participação de mulheres negras do Batalhão da Legião Negra durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

4- Analisar o estado atual do racismo na enfermagem.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo, de natureza descritiva e histórico-social, foi desenvolvido com base na metodologia qualitativa, com utilização da pesquisa documental como método, pois os documentos textuais ainda representam a maioria das fontes utilizadas na pesquisa histórica, especialmente na História da Enfermagem (Silva Junior, 2011, p.343).

Nesse sentido, Silva Jr sustenta que registros produzidos, uma vez preservados, adquirem grande valor como prova original e tornam-se fontes históricas. Mas, para que uma fonte histórica forneça informações, o pesquisador precisa ler, analisar e interpretar o documento, tarefas nem sempre muito fáceis. Essa análise comporta um processo de crítica externa e interna da fonte. A crítica externa está ligada à autenticidade do documento e a interna à credibilidade atribuída ao mesmo. Para a leitura crítica do documento, é necessário "decifrar os contextos, as funções, os estilos, os argumentos, os pontos de vista e as intenções do autor",

> a história como ciência é um processo inacabado e que opera pela lógica da acumulação de conhecimentos. Vários olhares e teorias podem e devem ser lançados, criticados e repensados; entretanto, sem a possibilidade do caráter experimental, ou seja, a repetição do fato, fazendo valer o trabalho intelectual de interpretação possível do passado e a busca de respostas para as questões presentes (Silva Junior, 2011, p. 343).

A consolidação e o amadurecimento da pesquisa histórica na enfermagem vêm exigindo (e exigirá), cada vez mais, dos pesquisadores, o domínio dos conceitos teóricos da enfermagem. Sendo assim, é necessário que sejam acessados documentos passíveis de interpretação e que ajudem os pesquisadores a

formular questões relacionadas à História da Enfermagem e, ao mesmo tempo, apoiar a elaboração de respostas a essas questões ou, ainda, rediscutir as respostas já produzidas em outros estudos (Silva Junior,2011, p. 345.)[7].

Mott (1999, p.13) ensina que a pesquisa histórica, ao se debruçar sobre os documentos e analisar experiências concretas, apontando e datando as mudanças que ocorreram na enfermagem no Brasil, certamente traz uma contribuição importante para o seu conhecimento, ajudando a repensar as influências, os marcos e as concepções que participaram na construção do perfil que a profissão adquiriu ao longo desse século.

Ainda segundo Mott (1999, p. 16), é necessário retirar a venda dos nossos olhos e jamais esquecer que todo documento, por mais confiável que possa parecer, reflete sempre uma visão de mundo, devendo, por isso, passar pelo crivo da crítica e da interpretação. Caso contrário, a História da Enfermagem se tornará uma lenda, perdendo a riqueza dos contornos que, ao longos dos anos, enfermeiros e enfermeiras ajudaram a construir.

Estudos qualitativos com documentos também podem ser analisados com o apoio da micro-história, a qual facilita o relato mais minucioso dos fatos e favorece o estudo mais aprofundado dos elementos sociais selecionados, buscando, assim, uma visão microscópica e criteriosa da realidade, revelando fatos e personagens que antes passariam despercebidos (Gasparetto Junior, 2010, p. 42). A micro-história surgiu a partir dos debates relacionados com os rumos que a chamada *Escola dos Annales,* fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, na França, deveria tomar. Entretanto, esta nova corrente historiográfica foi mal

[7] Em suma, conforme referem Lynaugh e Reverby (1987, p.103), “sem documento não se faz história, pois os documentos são a verdadeira matéria-prima do historiador, a partir dos quais ele produz o conhecimento histórico”.

compreendida, pois, ora foi tomada como história cultural, ora foi confundida com a história das mentalidades e com a história do cotidiano.

> Erguendo-se contra a dominação da Escola Positivista, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se bastante discretamente em "*A Revista de Síntese"* durante os anos 1920, mas francamente na "*Revista Les Annales"* durante os anos 1930 (Bourdé e Martin: 2000, p.119).

Dissidentes da Revista de Síntese, Lucien Febvre e Marc Bloch, com a ideia de renovar a história, fundaram a revista *Les Annales d'Histoire Èconomique et Sociale,* em 1929, com o objetivo de eliminar o espírito de especialidade, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar da fase dos debates teóricos (*da Revista de Síntese)* para a fase das realizações concretas, nomeadamente inquéritos coletivos no terreno da história contemporânea.

A *Revista dos Annales* surgiu numa época em que a "*Escola Metódica*" exaltava sua preocupação com a erudição, privilegiando a dimensão política – procurando dar grande ênfase ao acontecimento. A "corrente inovadora (*annales)* despreza o acontecimento e insiste na "longa duração"; deriva sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva" (Bourdé e Martin: 2000, p.119).

A segunda geração da *Escola dos Annales* teve Fernand Braudel como diretor (1956 a 1968), permanecendo o programa interdisciplinar com as outras ciências. Na terceira geração dos *Annales* (esta geração que iremos focar nosso estudo)[8], os

[8] Embora o intuito seja o de estudar a terceira geração da *Escola dos Annales,* faz-se necessário reafirmar que a quarta geração continuou seguindo a mesma metodologia, cultivando a cultura popular.

historiadores vão se distanciar das abordagens mais quantitativas da história para utilizarem uma história mais antropológica.

Assim, inicia-se uma nova concepção de história – a *nouvelle histoire* – associada à chamada *Ècole dês Annales*, agrupada em torno da Revista Annales*: ecónomies, societés, civilisations*.

Burke (1992) acredita que os historiadores tradicionais pensam a história, essencialmente, como uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. Segundo Reis (1994), a *nouvelle histoire* foi a constatação e o reconhecimento das forças de inércias estruturais, que limitam a ação livre e que não têm pressa para verem a vitória da razão.

Assim, a micro-história produz um gênero historiográfico que reduz a escala de observação de seus objetos na pesquisa histórica. A micro-história surgiu por volta de 1981 como uma reação ao desgaste das abordagens marxistas, estruturalistas e econômico-sociais (LEVI, 2000) e também para ir ao encontro da antropologia, pois os antropólogos ofereciam um modelo alternativo, que era a ampliação do estudo de caso, onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico e para os individuais rostos na multidão (BURKE, 1992.).

Organizada pelos historiadores italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, a micro-história abordava uma nova maneira de expressar o objeto de estudo. A proposta metodológica pretende que o historiador desenvolva seu tema delimitando especificamente o tempo e o espaço do estudo, de forma a conseguir obter realidades que não são retratadas pela História Geral.

A micro-história desenvolve uma exploração profunda das fontes, utilizando artifícios da narrativa, mas também da descrição etnográfica, colaborando para fornecer elementos enriquecedores

para permitir que os excluídos da História Geral se expressem. A comunidade examinada pela micro-história pode aparecer, por exemplo, como um meio para se atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, pode-se tomar para estudo uma “realidade micro” com o intuito de compreender certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente desapercebidos (Gasparetto, 2012).

Segundo Levi (2000), tais análises estão equivocadas, pois, apesar de produzirem resultados interessantes, o recorte em micro-história deve ser temático e, mesmo assim, relacionado com um assunto mais amplo. O autor assinala que a micro-história deveria servir como um "*zoom*" em uma fotografia. O pesquisador observa um pequeno espaço bastante ampliado, mas, ao mesmo tempo, tendo em conta o restante da paisagem, apesar de não estar ampliada.

Com o apoio da micro-história, pretendemos realizar uma análise mais detalhada dos acontecimentos, no Brasil, na década de 1930, especificamente a Revolução Constitucionalista de 1932 e a participação ativa do negro, mais especificamente, da mulher negra e seu papel como enfermeira neste momento da história brasileira.

Para a análise mais minuciosa deste estudo, utilizaremos a obra de Ginzburg (2007), “O queijo e os vermes”, considerado o marco inicial da micro-história. Ginzburg, ao realizar algumas pesquisas no Arquivo da Cúria Episcopal na Cidade de Udine (Itália), sobre uma estranha seita de Friuli, descobre, acidentalmente, no meio de tantos documentos da época inquisitória, o julgamento de um camponês (Domenico Scandella, vulgo Menocchio) que

sustentava a ideia de que o mundo tinha sua origem na "putrefação"[9].

Assim, ao desenvolver este trabalho, Ginzburg (2007) se vale do conceito de "circularidade", já utilizado por Mikhail Bakhtin em seus trabalhos. O termo "*circularidade*" foi resumido por Ginzburg (2007, p.10) "como um relacionamento circular que existiu na Europa pré-industrial, feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo, entre as culturas das classes dominantes e das classes subalternas". Ao descrever o "personagem" Menocchio, Ginzburg sai da macro para a micro-história, foca a história da população menos favorecida, abre caminho para um novo olhar desta sociedade que sempre foi colocada às margens da cultura da elite, trazendo à tona ideias, cultura, costumes que antes eram ignorados pelo resto da sociedade[10].

Segundo Pereira (2004, p.27), "com esse olhar minucioso, Ginzburg depara-se com a escassez de relatos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas, no período renascentista, e com a questão das fontes documentais terem sido escritas por indivíduos ligados à cultura dominante"[11]

---

[9] Ao narrar a história desse homem, chamado Domenico Scandella, mais conhecido como Menocchio, Ginzburg (2007) conseguiu saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperança, ironias, raivas, desesperos.

[10] Menocchio era um homem simples, camponês, que possuía uma ferramenta preciosa para a época, "sabia ler, escrever e somar". Este fato colaborou para que este homem elaborasse ideias e conhecimentos próprios, confrontando, muitas vezes, com a sociedade em que vivia ao afirmar que a vida surgira da "putrefação".

[11] Ribeiro, no posfácio de "O queijo e os vermes", descreve que nem toda confissão é uma vitória da tortura: porque, às vezes, a pior tortura é ter a voz silenciada (Ginzburg,p. 198). Menocchio não se deixou calar, com sua vontade e determinação em expressar suas ideias, colaborou para que a cultura popular não fosse totalmente dizimada pela cultura da elite do século XVI, trazendo, para os dias atuais, esses conhecimentos, mesmo que isto tenha custado sua vida. Portanto, graças à existência deste indivíduo chamado "Menocchio", um ser único, singular, dono de uma personalidade irredutível, hoje, temos um jeito diferente de se fazer história, pois "Menocchio" conseguiu ultrapassar barreiras do tempo e transportar para nossos dias a cultura popular do século XVI (crenças, valores, experiência de vida...) das classes subalterna.

> "Tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos" (Menocchio).

Ao retratar a história desse homem, um ser único, simples, de uma "classe inferior", que possuía ideias próprias, que não tinha medo de falar o que pensava, questionando e argumentando imposições lançadas pelo clero e pela nobreza, dá-se início ao olhar diferenciado para a cultura popular. Ginzburg (2007, p.13) problematiza esta questão ao propor estudar a cultura imposta às classes populares e não à cultura produzida pelas classes populares.

Para Pereira (2004, p.39) paradigma indiciário e o conceito de circularidade cultural delinearam a trajetória, a identidade do objeto e a sua leitura dentro do momento histórico no qual está inserido em função da expressividade do seu universo cultural

O mesmo autor continua "assim, Ginzburg tece uma rede de dados e trabalha constantemente com a leitura das dimensões culturais, de acordo com os símbolos e as pistas que proporcionam a leitura de seu objeto (Pereira, 2004, p.41).

4 MATERIAL E MÉTODO

A metodologia proposta, fundada na pesquisa documental, permite considerar que o reconhecimento dos objetivos propostos serve para o fortalecimento da identidade profissional, rompendo barreiras que encerram a história da enfermagem brasileira em movimentos específicos, não menos importante, mas que desconsideram a trajetória histórica das mulheres negras na enfermagem praticada no Brasil.

A pesquisa histórica geralmente apoia-se em documentos para seu desenvolvimento, tais como registros, entrevistas, jornais, atas de reuniões e fotografias. Neste tipo de pesquisa, documentos e outros dados serão avaliados criticamente, buscando as causas ou os efeitos de situações passadas ou de suas implicações nos dias atuais, buscando trazer à tona um novo conhecimento (Polit, Beck, Hungler, 2011, p. 57).

Alicerçada na coleta e na análise de dados, a pesquisa histórica geralmente busca descobrir algo novo, responder questões ou analisar as consequências, de eventos passados, no tempo presente ou, ainda, resgatar a memória de pessoas, instituições ou culturas.

Nesse procedimento de pesquisa, são analisadas fontes primárias (documentos, fotografias, relatos de vida, entre outros) e secundárias (material já interpretado, como referências bibliográficas). Os passos da metodologia incluem a localização e a identificação das fontes primárias e secundárias, além da análise dos dados.

Utilizando a micro-história, o presente estudo pretende compreender a participação de mulheres negras, intituladas como

enfermeiras, na Revolução Constitucionalista de 1932, avançando esta discussão para os dias atuais, na tentativa de compreender porque o enfermeiro negro permanece sofrendo discriminação racial.

Para realização da pesquisa, utilizou-se de material disponível em diversos acervos, tais como: Acervo do Memorial ’32 - Centro de Estudo José Celestino Bourroul – São Paulo; Museu Maria Soldado – Núcleo da Lapa do Arquivo do Estado de São Paulo; Arquivo de Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro; Biblioteca Wanda de Aguiar Horta da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro.

Os documentos utilizados para a presente investigação fazem parte de acervos públicos, sendo, portanto, de domínio público o uso da massa documental. Este estudo não necessitou ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, a fim de atender exigências determinadas pela Resolução 196/1996, tendo em vista ter-se valido apenas de documentação, sem necessidade de entrevistas com pessoas (Espirito Santo, 2012, p54.).

A informática foi uma poderosa tecnologia, que muito auxiliou nas buscas de artigos e textos históricos. Essa busca foi efetuada no Portal BVS, utilizando as palavras-chave: negro e enfermagem, na etiqueta título, refinando-o na base de dados LILACS (14/02/12).

Após várias leituras dos artigos, incluindo e excluindo alguns materiais, foram selecionados os trabalhos que melhor se enquadrariam no estudo; os artigos selecionados foram “fichados”, de forma a facilitar as análises documentais posteriores. Analisado, passo a passo, todo material selecionado, iniciaram-se as interpretações dos achados.

5 MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA EM SÃO PAULO

5.1 PRIMÓRDIOS

Segundo Donato (2002), após a I Guerra Mundial (1914-1918), o mundo estava convulsionado, muitas nações desapareceram e outras surgiram, o ritmo de viver tinha se modificado no planeta, tudo estava mais acelerado. No Brasil, com o sistema republicano, ocorria o crescimento da indústria e, consequentemente, a urbanização. Embora as oligarquias rurais continuassem a serem a força política e a base econômica do país, novos grupos – elites urbanas, intelectuais, profissionais liberais, trabalhadores e operários que aumentavam em número nas grandes cidades – começavam a questionar a velha política oligárquica baseada na força dos estados; na verdade, de alguns estados economicamente mais poderosos, como Minas Gerais e São Paulo (Gouvêa, 2003, p.19).

Foi o sucesso da lavoura cafeeira em São Paulo, durante a primeira parte do século XX, que fez com que este estado se tornasse um dos mais ricos do país, permitindo que vários fazendeiros indicassem ou se tornassem presidentes do Brasil. Essa situação ficou conhecida como *política do café-com-leite*, por se alternarem, na presidência do país, os políticos apoiados por São Paulo e Minas Gerais (embora não fossem necessariamente paulistas ou mineiros os seus indicados), praticamente desde a instituição da República. Essa aliança se enfraqueceu politicamente, quando, em 1929, lideranças de São Paulo romperam com os mineiros e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República, com o apoio de 17 estados. Em reação, o

presidente (cargo atualmente denomidado de governador) de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas (governador em seu estado) e de João Pessoa, da Paraíba, como candidato a vice-presidente. Esses três estados: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, se uniram contra os demais, como "Aliança Liberal", em setembro 1929, para apoiar a candidatura de Getulio Vargas.

Esse movimento inseriu-se num contexto social e econômico de grande apreensão, pois, em outubro de 1929 ocorreu a quebra na Bolsa de Valores de Nova York, iniciando uma grande crise econômica de escala mundial, que esmagou as economias com participação nos mercados internacionais. Era o caso do Brasil e de sua imensa monocultura cafeeira para exportação. Com a crise e o café não sendo um gênero alimentício de primeira necessidade, chegou ao fim a ligação do Brasil com essa cultura, que ocupava quase todo o solo cultivável do país. Os paulistas eram os maiores produtores e também os maiores consumidores nacionais: compravam a quase totalidade da borracha, do açúcar, do algodão produzido no Brasil[12].

O senador estadual Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, em 24 de setembro de 1929, no Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo:

> A guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o Sr. Júlio Prestes, é contra nosso estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso, que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos

[12] A falta de diversidade nas exportações atingiu o país em cheio, tomado pela crise mundial, e agravada por outras crises internas devido a conflitos que vinham ocorrendo, como a Revolta da Vacina, em 1904, e vários outros de cunho militar, além de trabalhadores, que deflagraram uma greve geral operária com agitações em julho de 1917, em São Paulo, considerada "a manifestação política urbana mais impressionante da Primeira República" (Almir Pazzianoto Pinto – 100 anos de sindicalismo. São Paulo, Lex Ed, 2007).

> cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo! (Motta, 2003, p. 1)

Julio Prestes foi eleito em 1º de maio de 1930, vencendo em 17 Estados e no Distrito Federal, mas a situação econômica continuava insustentável, à qual se somou o assassinato de João Pessoa, envolvido em lutas políticas e crime passional. Esse assassinato passou a ser alardeado como manobra do governo para calar opositores, o que fez surgir um movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o **Golpe de 1930.**

Esse golpe depôs o presidente da república, Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, e impediu a posse do presidente eleito. Getulio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, pondo fim à República Velha. Ao assumir essa chefia, contava com o apoio de várias facções das elites oligárquicas, que não concordavam com a supremacia de São Paulo sobre o poder republicano, exercida por mais de 30 anos. Ao assumir o controle do Estado, com amplos poderes, Getúlio Vargas revogou a Constituição de 1891, desencadeou uma ação centralizadora e passou a governar por decretos, acabando com a autonomia existente durante a Primeira República. Nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram, na maioria, tenentes que haviam participado da Revolução de 1930, como foi o caso de João Alberto, designado interventor de São Paulo[13].

Provavelmente, um dos maiores erros da Revolução de 1930 foi entregar os estados à administração de tenentes inexperientes, o que motivou a Revolução de 1932[14]. O Partido Democrático de São

---

[13] No governo, Getulio Vargas anistiou os rebeldes das revoluções de 1922 e 1924, modificou o sistema eleitoral e criou o Ministério do Trabalho.

[14] O despreparo dos tenentes para governar foi denunciado, logo no início de 1932, por um dos principais tenentes, João Cabanas, que havia participado da revolução de 1924,

Paulo, que apoiara Getúlio Vargas na Revolução de 1930, conseguindo 10% dos votos paulistas nas eleições, não conseguiu indicar um nome para o cargo no estado. Assim, foi deposto o presidente do estado, Heitor Penteado, sendo o tenente João Alberto designado como Delegado Militar da Revolução, seguido por outros interventores[15]

João Cabanas, em fevereiro de 1932, no seu livro "Fariseus da Revolução", criticou especialmente o descalabro que foram as administrações dos tenentes nos estados, chamando a atenção para a grave situação paulista pouco antes de eclodir a Revolução de 1932:

João Alberto serve como exemplo: se, como militar, merece respeito, como homem público não faz jus ao menor elogio. Colocado, por inexplicáveis manobras e por circunstâncias ainda não esclarecidas, na chefia do mais importante estado do Brasil, revelou-se de uma extraordinária, de uma admirável incompetência, criando, em um só ano de governo, um dos mais trágicos confucionismos de que há memória na vida política do Brasil, dando também origem a um grave impasse econômico (déficit de 100.000 contos), e a mais profunda impopularidade contra a "Revolução de Outubro", além de ter provocado, no povo paulista, um estado de alma equívoco e perigoso. Nossa história não registra outro período de fracasso tão completo como o do "Tenentismo inexperiente"! (Cabanas, 1932, p.57).

---

e que usou, como exemplo, o tenente João Alberto Lins de Barros, que governou São Paulo.

[15] A partir da Revolução de 1930, foram os seguintes interventores federais em São Paulo:

- Tenente João Alberto Lins de Barros, de 25 de novembro de 1930 até 24 de julho de 1931.
- Laudo Ferreira de Camargo, de 25 de julho de 1931 até 13 de novembro de 1931.
- Coronel Manuel Rabelo Mendes, de 13 de novembro de 1931 até 7 de março de 1932.
- Pedro Manuel de Toledo, de 7 de março de 1932 até o fim da Revolução de 1932, em 2 de outubro de 1932. Em 23 de maio de 1932, Pedro de Toledo foi aclamado pelos paulistas como governador de São Paulo.

Figura 3 - Foto do Estado de São Paulo

Fonte: Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo

Não era sem motivo que a elite paulista estivesse irada com o seu afastamento dos poderes federal e local. Assim, também não aceitou esse interventor indicado e, além disso, passou a questionar a falta de legitimidade do chefe do governo provisório, pois ele não havia sido eleito. Desta forma, patrocinou, por meio da imprensa, uma campanha para a convocação de eleições para a Constituinte, que, uma vez eleita, teria poderes legítimos para impor limites legais às ações do governo. A campanha obteve ampla adesão dos setores populares e mobilizou quase todo o estado.

Em 1932, a irritação dos paulistas com Getulio Vargas não cessou com a nomeação de um paulista, Pedro Manuel de Toledo, como interventor do estado, pois, tanto este, quanto Laudo Ferreira de Camargo, não conseguiam autonomia para governar[16]. A primeira

[16] Em 1931, o presidente eleito e não empossado, Júlio Prestes, do seu exílio em Portugal, já criticara duramente a Revolução de 1930, afirmando:

grande manifestação pública dos paulistas foi um megacomício na Praça da Sé, no dia do aniversário de São Paulo, em 25 de janeiro de 1932, com um público estimado em 200.000 pessoas, e, na época, chamado de "comício-monstro".

Irineu Machado, eleito pelo Rio de Janeiro[17], previra a reação de São Paulo, afirmando que

> a reação contra a candidatura do Dr. Júlio Prestes representa não um gesto contra o presidente do estado, mas uma reação contra São Paulo, que se levantará porque isto significa um gesto de legítima defesa de seus próprios interesses (Mota, 2003, p. 58).

Realmente, São Paulo se levantou. A resposta paulista à Revolução (ou golpe de Estado) de 1930 veio um ano e meio depois. O estopim foi em sete de março de 1932, quando Getulio Vargas nomeou outro interventor federal para São Paulo[18]. Por Getulio Vargas não atender às reinvindicações paulistas, começaram a ser realizadas várias manifestações de rua. No dia 23 de maio de 1932, em uma dessas manifestações, houve forte reação policial, ocasionando a morte de quatro estudantes. Pedro de Toledo tentava formar um novo secretariado, independentemente das pressões exercidas pelos tenentes, quando chegou a São Paulo. Osvaldo Aranha, representando a ditadura, quis interferir na formação do novo secretariado. O povo, ao tomar conhecimento, participou de grandes comícios e passeatas e, no meio do tumulto, a multidão tentou invadir a sede da Legião Revolucionária. A morte dos jovens deu origem a um movimento de oposição, que ficou conhecido como

---

> O que não compreendem é que uma nação, como o Brasil, após mais de um século de vida constitucional e liberalismo, retrogradasse para uma ditadura sem freios e sem limites como essa que nos degrada e enxovalha perante o mundo civilizado!

[17] Por dois mandatos: de 1917 a 1924 e de 1927 a 1930, quando deixou o Senado, após o Golpe de Estado.

[18] Como já citado, o paulista Pedro de Toledo.

MMDC, atualmente denominado oficialmente de MMDCA[19], em função do nomes das vítimas[20]. Pedro de Toledo, com o apoio popular, conseguiu, neste dia 23 de maio de 1932, montar um secretariado de sua livre nomeação e romper definitivamente com o Governo Provisório.

Apesar de Getulio Vargas já ter estabelecido eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte e já ter nomeado um interventor paulista, a interferência do governo federal e dos tenentes em São Paulo continuava forte. Esses atos do Governo Provisório não evitaram o conflito, já que o Partido Republicano Paulista (PRP), agora unido ao seu rival Partido Democrático, almejava voltar a dominar a política nacional, como faziam anteriormente. No movimento, liderado pelo MMDC, se uniram o Partido Republicano e o Partido Democrático, chamados pela ditadura de "oligarquias", que pretendiam a volta da supremacia paulista ao poder. Começou-se, então, a se tramar um movimento armado visando à derrubada da ditadura de Getulio Vargas, sob a bandeira da proclamação de uma nova Constituição para o Brasil.

O combatente-médico da revolução de 1932, Ademar Pereira de Barros, que governaria São Paulo por três vezes, deu sua explicação da Revolução de 1932:

> São Paulo levantou-se em armas em 9 de julho de 1932 para livrar o Brasil de um governo que se apossaria de sua direção por efeito de uma revolução... e se perpetuava indefinidamente no poder, esmagando os

[19] Multidões se reuniram em protesto ao assassinato dos estudantes MMDC em São Paulo. O MMDC foi organizado como sociedade secreta, em 24 de maio de 1932, por Aureliano Leite, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Paulo Nogueira e Prudente de Moraes Neto, entre outros. Inicialmente, a sociedade foi chamada "Guarda Paulista", mas, depois, foi fixada em MMDC, em homenagem aos jovens mortos a 23 de maio. O assassinato dos estudantes MMDC levou à união de diversos setores da sociedade paulista em torno do movimento de constitucionalização que se iniciara em janeiro de 1932.

[20] Mario Martins de Almeida (Martins), Euclides Bueno Miragaia (Miragaia), Dráuzio Marcondes de Sousa (Dráuzio), Antonio Américo Camargo de Andrade (Camargo), Orlando de Oliveira Alvarenga (Alvarenga).

> direitos de um povo livre... que trazia o sempre glorioso São Paulo debaixo das botas e do chicote do senhor!

Efetivamente, em 9 de julho de 1932, teve início a Revolução Constitucionalista, que foi uma verdadeira guerra civil, com o objetivo de depor Getulio Vargas e reconstitucionalizar o país. Houve uma grande campanha pública, com utilização de jornais e rádios, o que gerou uma grande mobilização de maioria da população. Os líderes militares da "Revolução" foram Bertoldo Klinger, Isidoro Dias Lopes e o Coronel Euclides de Figueiredo. No comando da Força Pública estava o General Góis Monteiro (Nunes)

Foi lançada uma proclamação da "Junta Revolucionária", conclamando os paulistas a lutarem contra a ditadura[21]. Formavam a Junta Revolucionária: Francisco Morato, do Partido Democrático, Antonio de Pádua Sales, do PRP, e os generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes. O general Euclides Figueiredo assumiu a 2ª Região Militar. Alistaram-se 200 mil voluntários, sendo estimado que, *destes*, 60.000 combateram nas fileiras do exército constitucionalista. Os combates ocorreram, principalmente, em São Paulo, na região sul do Mato Grosso e na região sul de Minas Gerais.

Contando apenas com o apoio do sul do Mato Grosso[22], São Paulo enfrentou o poder militar das forças armadas federais. O

---

[21] Setores dissidentes da classe dominante paulista se uniram. Políticos e representantes do setor agrário atuaram unidos na luta por São Paulo, contando com a adesão de comerciantes e industriais. Esse movimento foi sempre muito cultuado pelos paulistas, em geral, que o consideram como o maior movimento cívico de sua história, como bem ilustra o "obelisco" aos mortos de 1932, na região do Parque do Ibirapuera, na capital do Estado – um monumento de grande visibilidade e imponência.

[22] São Paulo esperava a adesão do interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, o estado mais bem armado, mas este, na última hora, decidiu enviar tropas não para apoiar São Paulo, mas sim Getulio Vargas.

> Porto Alegre, 12 (A. B.). O general Flores da Cunha, interventor do Estado, lançou a seguinte proclamação ao Rio Grande e à nação: Colhido de *surpreza*, apesar de minha lealdade para com todas as correntes de opiniões, pelo movimento sedicioso que instalou em São Paulo, cumpre-me declarar ao Rio Grande e à Nação que me conservarei fiel aos deveres de delegado do governo Provisório (O Nacional).

resultado foi a rendição e a derrota paulista. No total, foram 87 dias de combate, de 9 de julho a 4 de outubro de 1932. Cerca de três mil pessoas morreram em combate e mais de cinco mil ficaram feridas durante a revolução. Inúmeras cidades do interior sofreram danos devido aos combates.

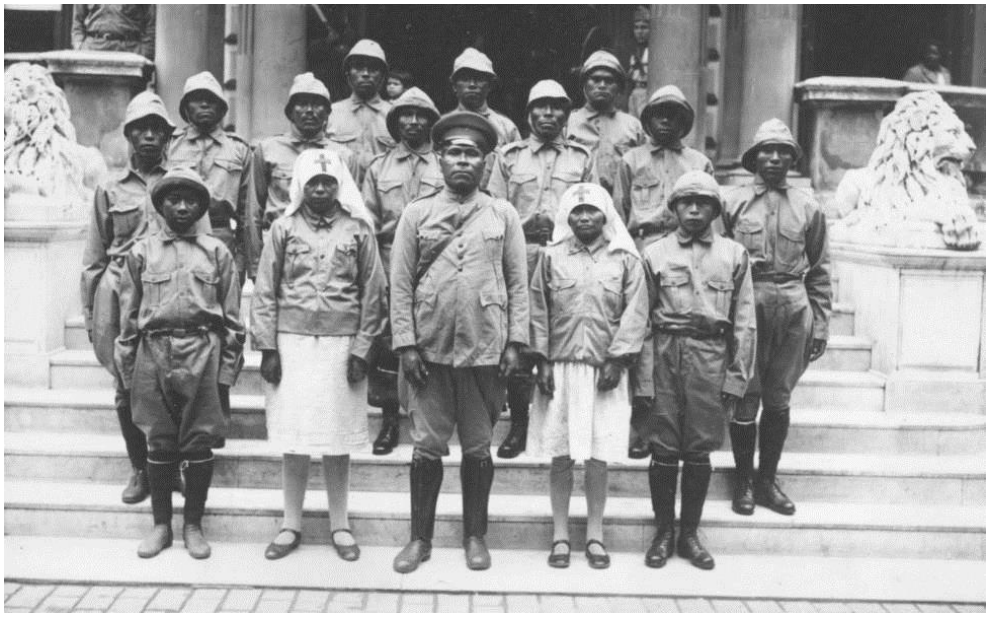
Mesmo derrotados, os paulistas conseguiram alcançar importantes objetivos. Dois anos depois da Revolução de 1932, foi promulgada a Constituição, em julho de 1934, trazendo alguns avanços democráticos e sociais para o país.

5.3 NEGROS E ÍNDIOS NA REVOLUÇÃO DE 1932

Segundo Capelato (1982, p. 132), "os intelectuais também tiveram presença e em torno dela criou-se o contraste entre os participantes paulistas e seus adversários, onde o caráter da luta se dava entre a elite intelectual (esclarecida) contra os soldados da ditadura". Índios e negros tiveram participação, segundo Capelato (1982, p. 78), pois a classe dominante paulista deixou de lado seus discursos preconceituosos e a presença deles fora enaltecida. Assim, formou-se um batalhão de soldados negros, a Legião Negra, que foi exterminada, não restando nem o registro dos nomes dos mortos. Índios do Paraná (Avai) formaram um batalhão que se incorporou ao Exército Constitucionalista. Eram 75 homens e ficaram juntos com a *Legião Negra:* "Índios e negros, integrados a 'raça privilegiada dos paulistas' lutavam contra a 'raça degenerada dos soldados' da ditadura" (Capelato).

O interventor de Minas Gerais, Olegário Maciel, decidiu negociar com o poder central, assim, os interventores de outros Estados se colocaram ao lado do governo federal.

Figura 4 - Índios que se apresentaram como voluntários para lutar na Revolução Constitucionalista de “32”.



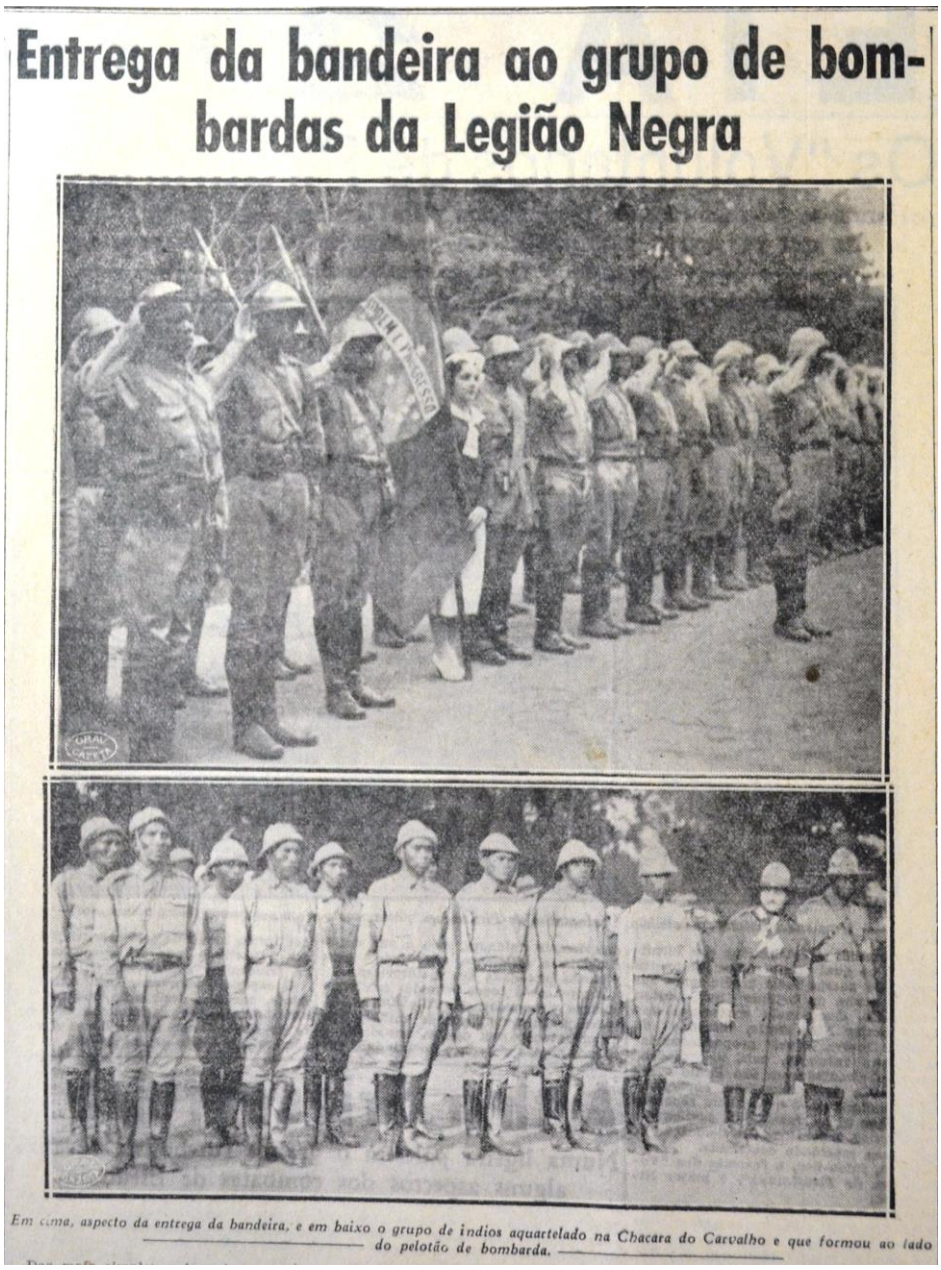
Fonte: Folha de São Paulo, 09 de julho de 2010. http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/293-revolucao-constitucionalista-de-32#foto-6152

Os negros tiveram participação marcante na Revolução Constitucionalista de 1932, através da “Legião Negra” ou dos “Pérolas Negras”, sendo destaque em vários jornais de grande circulação da época Para melhor compreensão deste acontecimento tão importante da nossa história, utilizou-se da micro-história, reduzindo a escala de análise, realizando descrição da “realidade social” mais detalhada e maior exploração do objeto de estudo, que, neste caso, seria a Legião Negra e, mais especificamente, a participação de mulheres negras. Sendo assim, a redução da escala permitiu que as experiências individuais, concretas e locais, ganhassem relevo em relação com o global.

5.4 SURGIMENTO DA “LEGIÃO NEGRA”

Entre julho e outubro de 1932, milhares de paulistas compuseram o Exército Constitucionalista e lutaram contra a ditadura de Getúlio Vargas, instituída dois anos antes. Entre esses paulistas, havia três batalhões de voluntários, compostos exclusivamente por afrodescendentes. Esses batalhões passaram a ser chamados de Legião Negra (também conhecidos como Pérolas Negras). O jornalista Oswaldo Faustino (2011) descreveu, no livro (A Legião Negra – A Luta dos Afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932), a sua brava atuação, mostrando um ângulo da Revolução Constitucionalista de 1932. Em seu livro, o autor “recria os valores de uma época pautada pelo patriotismo, mas também por um intenso preconceito racial”. Mostra que, apesar de alijados de direitos e com chances mínimas de ascensão social, milhares de negros aderiram a uma causa estranha a sua realidade – causa que lhes traria ínfimas mudanças a sua situação de excluídos.

Figura 5 - Reportagem do jornal da época relatando entrega da bandeira ao grupo de bombardas da Legião Negra.



Entrega da bandeira ao grupo de bombardas da Legião Negra

Em cima, aspecto da entrega da bandeira, e em baixo o grupo de índios aquartelado na Chacara do Carvalho e que formou ao lado do pelotão de bombarda.

Fonte: A Gazeta, 13 de julho de 1932

Conforme afirma Faustino (2011, p. 103), “poucos brasileiros sabem que esses bravos batalhões existiram. Infelizmente, o protagonismo negro continua fora da historia oficial”. O escritor e compositor Nei Lopes, que assina o prefácio da obra, refere que o livro “rompe com paradigmas, enganos e preconceitos, ajudando a

reconstruir a historia dos afrodescendentes com seriedade e dignidade". De fato, a grande história, a dos vencedores, não contempla a Legião Negra, ou seja, a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932, com a participação voluntária de um grande contingente.

Certamente, um sentimento de pertencimento, de pertencer a algum lugar, fazer parte de uma sociedade, mesmo de forma segregada, contribuiu para a mobilização e o envolvimento dos negros no conflito. Realmente, a guerra impõe ao homem ultrapassar seus próprios limites para sobreviver, que precisa do outro para se manter vivo, seja esse outro branco ou preto. São essas as histórias que precisam ser contadas.

A Legião Negra foi uma dissidência da Frente Negra Brasileira, criada em 14 de julho, cinco dias após o início da Revolução Constitucionalista – um batalhão específico batizado de "Legião Negra de São Paulo".

> Começa hoje o alistamento da FNB. Em vista de grande número de pedidos de incorporação às tropas combatentes de seus mais prestigiosos, os chefes militares do movimento constitucionalista expediram as necessárias ordens para que hoje começasse o alistamento, sob a chefia do capitão Gastão Goulart. Esse distinto oficial tem encontrado entre os homens de cor de São Paulo o maior entusiasmo. Prevê-se, pois, que o batalhão por eles constituído seja um dos de maior eficiência no combate às forças do ditador (Folha da Noite, 1932, p.3)[23].

Para compreendermos as ideologias da Legião Negra, faz-se necessário entendermos como era a organização estrutural da

[23] Conforme Petrônio José Domingues menciona em seu artigo, *Os "Pérolas Negras": A participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932* (p. 208), esta matéria, denominada "Batalhão da Frente Negra", comete o equívoco de noticiar o alistamento de Frente Negra Brasileira, porém esta entidade manteve-se isenta do movimento. O jornal, na verdade, fazia referência ao início do recrutamento na Legião Negra, uma cisão da Frente Negra Brasileira.

Frente Negra Brasileira, uma vez que a Legião Negra foi uma cisão dela.

Segundo Domingues (2003, p.16), abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, os negros paulistas criaram, oficialmente, no dia 16 de setembro de 1931[24], a Frente Negra Brasileira (FNB). No dia 12 de outubro, em assembleia realizada no mesmo local de fundação, "perante mil e tantos negros", foi lido e aprovado seu Estatuto[25]. A FNB tinha como objetivo central promover a "elevação moral, intelectual e profissional; assistência, proteção e defesa social, jurídica e econômica da Gente Negra" (Pinto, 1993, p.98).

A nova organização cresceu rapidamente, adquirindo penetração, inclusive, em diversos estados do país. Em maio de 1932, a FNB contabilizava, em seus quadros da capital, quinze mil sócios. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a entidade chegou a reunir, no seu auge, 30 mil filiados, somando os efetivos de todas delegações, as quais funcionavam como espécie de filiais da sede na capital paulista (Pinto, 1993, p.34).

A Frente Negra criou uma série de símbolos diacríticos[26], a fim de garantir visibilidade para suas ações, gerar uma identidade específica para seus associados e, ao mesmo tempo, adquirir credibilidade no seio da população negra e na sociedade em geral. A entidade era dividida em diversos departamentos: Instrução ou de

---

[24] No salão das Classes Laboriosas, situado em um casarão da Rua da Liberdade, 196.

[25] Artigo I – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a "FRENTE NEGRA BRASILEIRA", união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação dos seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira.
Artigo II – Podem pertencer a "FRENTE NEGRA BRAISLEIRA" todos os membros da gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional.
Artigo III – A "FRENTE NEGRA BRASILEIRA", como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física; assistência, proteção e defesa (Domingues, p. 16).

[26] Carteira de identidade, contendo foto e dados pessoais do filiado; uniforme para alguns departamentos, como os Rosas Negras; bandeira, hino e milícia.

Cultura, Musical, Esportivo, Dramático, Doutrinário e Jurídico-Social – este último, tratava de assuntos ligados ao direito à cidadania do negro, isto é, buscava defender os negros quando seus direitos fossem violados[27]. "No que tange à educação, o frentenegrino que assinava pelo pseudônimo de Rajovia, em seu artigo instrução ao Raul", afirmava que a revolução traz quase sempre evolução; "pois bem, graças a Deus, a Revolução de 1930 foi o que despertou os últimos mimos do coração do negro (...). E daí nasceu o mais forte desejo entre os negros de se colocarem à altura dos seus merecimentos" (A Voz da Raça 08/07/1933 p.2).

> Queremos apenas, cerrar fileiras no desenvolvimento moral e intelectual da grande raça negra. (...) Não há quem não saiba de sobre o que a família negra, desde os tempos primordiais até os nodos dias tem saído homens de valor incontestável, tanto no campo espinhoso das letras, como na arena gloriosa da política. Mas, no entanto para chegarmos ao fim de que vimos hoje tratando, é necessário que desfolhemos boas bibliotecas, fundemos cursos de reputado valor e enfrentemos com coragem as dificuldades que se antepuserem. Feito isto, estamos certos de que a inteligente raça negra triunfará facilmente no terreno intelectual (A Voz da Raça, 1933 p.4).

[27] Um dos diferenciais da Frente Negra Brasileira, em relação aos outros movimentos negros anteriores, foi a criação de um departamento de Instrução e Cultura e uma articulação política eficiente. A primeira iniciativa do departamento foi a criação, em 1932, de um curso de alfabetização de jovens e adultos na sede da entidade.

> A responsabilidade do ensino recai sobre o indivíduo negro com todos os desafios já expostos, mas a elite negra paulistana tinha um poder limitado de desenhar políticas educacionais. Nos jornais negros, estão ausentes os discursos que desqualificavam o negro, como a degenerescência, presente na mentalidade do grupo privilegiado de homens brancos da ciência, que forjaram o modelo estadual de ensino. Talvez isto ocorresse devido à ausência de referências raciais explícitas nas políticas educacionais, já que estavam racialmente codificadas, travestidas publicamente como assimetrias sociais, pois havia um senso comum que afirmava que "*o preconceito racial não existia".*

Figura 6 - Reportagem do jornal da época relatando a inauguração do serviço de assistencia e proteção aos filhos dos soldados da volorosa unidade da "Legião Negra"

Legião Negra

A INAUGURAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTENCIA E PROTECÇÃO AOS FILHOS DOS SOLDADOS DA VALOROSA UNIDADE

O representante do governador do Estado entre a officialidade da Legião Negra

Fonte: A Gazeta, 17 de Agosto de 1932

De fato, a mobilização em massa dos negros assustou alguns setores da elite branca. Por isso, a entidade foi acusada, várias vezes, de insuflar o separatismo, o ódio racial ou até mesmo a africanização do Brasil. Para Capelato, a pretensa passividade do negro foi, no contexto da guerra, valorizada e redefinida como um aspecto positivo de resistência. Nesse momento, os negros também teriam passado a simbolizar o vigor da raça. Esqueciam-se, *provisoriamente*, as doutrinas científicas que classificavam os negros como seres inferiores. Incorporados à sociedade, eles constituiriam parte integrante da "raça privilegiada dos paulistas".

O panorama do período era de homens e mulheres sem instrução formal. Muito provavelmente, as mulheres negras que participaram da Revolução não eram escolarizadas, pois não haviam tido essa oportunidade, mas demonstraram enorme coragem, fibra e destemor. A necessidade de trabalhar na infância, dentro e fora de casa, devido à precária situação social, e a falta de fomento estatal, dificultava o salto da carência à competência. João B. Mariano escreve um artigo, intitulado "A vitória do negro está no livro" defendendo que:

> Não há quem não saiba que da família negra desde os tempos primordiais até os nossos dias têm saído homens de valor incontestável, tanto no campo espinhoso das letras, como na arena gloriosa da política. Mas, no entanto, para chegarmos ao fim de que vimos hoje tratando, é necessário que desfolhemos boas bibliotecas, fundemos cursos de reputado valor e enfrentamos com coragem as dificuldades que se nos antepuserem. Foi isto, estamos certos de que a inteligente raça negra triunfará, facilmente no terreno intelectual (A Voz da Raça, 1933, p.4).

Os jornais cumpriam esta função de elevação da autoestima que, às vezes, as famílias negras não conseguiam cumprir, dado o legado da escravidão presente na memória coletiva e das décadas de liberdade republicana sem políticas concretas de proteção e estímulo.

Figura 7 - Os Homens de cor e a causa do Brasil

Fonte: A Epopéia de Piratininga, São Paulo em armas pela grandeza do Brasil

A Legião Negra teve, como chefe civil e capitão da Força Pública, Joaquim Guaraná Santana e Gastão Goulart, como chefe militar. Os dois eram auxiliados pelo tenente Arlindo Ribeiro, também da Força Pública, e por Vicente Ferreira, uma das maiores lideranças do movimento negro na época. Joaquim Guaraná Santana foi o chefe civil até a segunda quinzena de setembro, sendo substituído pelo advogado negro José Bento de Assis:

> Comunica-nos o capitão Gustavo Goulart, comandante da Legião Negra, que o Sr. Guaraná Sant'Anna, não faz parte daquela agremiação militar, e nem está autorizado a falar em nome da mesma (A Gazeta, 1932, p. 2).

Estimou-se que, na Legião Negra, o número de combatentes foi de 2 mil membros:

> somente da Chácara do Carvalho, já saíram para os campos de batalha mais de 2000 combatentes. Calcula-se, porém, em mais de 10000 os negros que se acham em todos os setores da luta, incluídos os do Exército e os da Força Pública (Folha da Noite, 1932, p. 1).

Domingues, todavia, encontrou outro cálculo: “a Legião Negra mandou para as linhas de frente em 1932 cerca de 3.500 homens todos de cor” (comunicado de 8/6/49, Prontuário DEOPS, n 102510). Por sua vez, o contingente de negros diluídos em outros batalhões do exército constitucionalista não foi nada desprezível:

> Os meus irmãos de raça já estavam prestando o seu concurso ás forças constitucionalistas em todos os batalhões que combatem a ditadura. No exercito, na Força Pública e em todos os batalhões de voluntários paulistas há gente de cor (Folha da Noite, 1932, p. 1)

Nas fotos da guerra, é comum identificar a presença desses soldados ocupando diversos cargos na hierarquia militar, como, por exemplo, o chefe do Estado-Maior do Exército constitucionalista, o coronel Palimércio de Rezende.

> A sede era na Chácara do Carvalho, antiga residência da família Prado, onde funcionava o Quartel General da Segunda Região Militar. A Legião era formada por três batalhões de infantaria e chegou a possuir um efetivo de aproximadamente 2 mil combatentes que cerraram fileiras no exército constitucionalista (Folha da Noite, 1932, p. 4).

Figura 8 - Reportagem de jornal relatando o embarque para o "front" dos chefes militares da revolução

"Estamos ... postos a derramar o nosso sangue ... defesa de S. Paulo e do Brasil, d... stos a morrer para que possamos ... gar ao Rio e sanear o Cattete".

(De discurso do ... Dreihim Nobre, saudando o general Klinger, em sua chegada a S. Paulo).

200 REIS 1925

A GAZETA

200 REIS 1925

Gerente: P. A. MONTELEONE — Director: EURICO MARTINS — Red., Administ. e Off.: R. Libero Badaró, 4 e 6-A

ANNO XXVII | Telephones: 1-1111, 2-4145 | S. Paulo — Quarta-feira, 13 de Julho de 1932 | Endereço Telegraphico "GAZETA" | N. 7.935

Embarcaram para o "front" os chefes militares da revolução

Debaixo de acclamações enthusiasticas, seguia, hontem, á tarde, para Cruzeiro, onde assumiu, hontem mesmo, o commando da vanguarda das tropas constitucionalistas, o coronel Euclydes de Figueiredo. Na photographia á esquerda estão ao lado do illustre official, pouco antes de seu embarque, no Norte, seus officiaes de E. M., coronel Palimercio, capitão Velloso, tenente Menezes, e outros; na da direita, vê-se, no centro, o chefe do E. M. do commandante da vanguarda — o coronel Palimercio de Rezende, e, á sua direita, o bravo tenente Adaucto de Mello, ajudante de ordens do general Bertholdo Klinger

Fonte: A Gazeta, 13 de julho de 1932

Os soldados da Legião Negra se diferenciavam dos demais constitucionalistas pelo uso de um chapéu de abas largas como uniforme (Paula, 1999, p.166).

> Ontem visitamos o quartel general da Legião Negra, na Chácara Carvalho. Impressionou-nos a harmonia, disciplina, alegria, reinantes entre as centenas de homens de cor que ali aprendiam a marchar, a manejar os fuzis, atentos à lição que lhes ministravam os instrutores. Na melhor ordem no canto da Rua Vitorino Carmilo, à paisana, aprendiam os métodos de defesa nas trincheiras, simulavam combates à arma branca, avançado de rastros 220 homens. A voz de comando entusiasmava-os. Parecia até que já se julgavam nas linhas de fogo, tal o entusiasmo com que se arrojavam no combate simulado. (A Gazeta, 1932, p. 3).

A Legião Negra, denominada, às vezes, de Henrique Dias[28], atuou, mormente na Frente Norte e na Frente Sul (ou Paraná). Ela

[28] Líder negro que se aliou aos brancos com a "missão" de expulsar o invasor holandês do nordeste brasileiro, em meados do século XVII.

era composta por batalhões (tendo como um das principais, o Marcilio Franco, que também incidiu militarmente nos setores Norte e Sul) e algumas tropas menores. Os nomes das tropas normalmente eram dados como homenagem a alguma figura lendária da luta em prol do povo negro, exceto o batalhão Felipe Camarão, nome de um dos líderes do movimento de libertação do Brasil do domínio holandês no período colonial, um índio que provavelmente simbolizava a perfeita integração racial do país. Da mesma maneira, pode-se definir o gesto de atribuir às tropas nomes de lideranças negras do passado como meio de afirmação pública da memória coletiva e da identidade racial específica, que não podiam ser forjado nas outras tropas do exército constitucionalista, majoritariamente branco (Domingues, 2003, p. 132).

> O Dr. Pedro de Toledo, governador do Estado, visitou, ontem, às 16 horas, o contingente 'Conselheiro Rebouças', da Legião Negra, acantonado na Chácara do Carvalho. Recebi pela oficialidade e demais pessoas que ali se achavam o chefe de Estado, após os cumprimentos, percorreram todas as dependências do quartel da valorosa organização negra. Na saída, foi o Sr. Pedro de Toledo saudado, em palavras vibrantes, pelo tenente Guaraná de Sant'anna. O governador do Estado respondeu agradecendo, e salientando o papel da raça negra no movimento que empolga todos os patriotas brasileiros (A Gazeta, 1932, p. 2).

O jornal Folha da Noite publicou, em 25/07/1932, que:

> A 'Legião Negra' está dando um exemplo comovente ao Estado de São Paulo. Ao primeiro apelo dos seus dirigentes, todos correram para defender a terra bem amada, a terra do trabalho, a terra que não escolhe a ninguém para abrir os seus braços de concórdia brasileira e universal.
>
> A SOCIEDADE BANDEIRANTE, [...] DEVE GUARDAR ETERNAMENTE NO CORAÇÃO. A LEMBRANÇA DA RAÇA NEGRA. Conversamos com o Dr. J. Guaraná de

> Sant'Anna, que nos disse o seguinte: - ´Os descendentes da raça negra do Brasil aqui estão para tudo que seja luta e sacrifício. Estamos vivendo a ora mais expressiva da nossa pátria, que com o nosso sangue a temos redimido de todas as opressões [...]. Somos neste instante um dos maiores soldados desta cruzada. Venceremos

A Legião Negra formou companhia de infantes, grupos de motoristas, manejou uma bateria de bombardas, deu a uma das suas companhias de infantes o nome André Vidal de Negreiros (Donato, 2002, p.76) [29].

Para Domingues (2003), não eram apenas os ideais de liberdade que moviam os negros a se alistarem em algum batalhão de voluntários. *Muitos se alistaram porque simplesmente viviam em condições degradantes*.

---

[29] Dentre as lideranças militares negras, mais alguns nomes precisam sair do anonimato:

> "Comanda o 1º. Pelotão o tenente Silva Barros". O tenente Henrique destacou-se pela bravura com que comandou uma das tropas da Legião Negra na frente norte, em Vila Queimada. "O tenente Newton Ribeiro de Catta Preta, eficazmente coadjuvado pelos tenentes Alexandre Seabra de Mello e Mário Leão, [...] lutam com desassombro nas diversas frentes de combate"Contudo, o comandante negro que adquiriu mais notoriedade foi o tenente Arlindo: "uma das victimas do governo que São Paulo gloriosamente sacudiu, é o ídolo dos negros. Militar disciplinado e disciplinador, impõe-se aos seus comandados" (Domingues).

Figura 9 - Reportagem do jornal A Gazeta sobre os organizadores da Assistência ás Famílias dos Soldados Pretos que lutam com dificuldade

Os organizadores da Assistencia ás Familias dos Soldados Pretos luctam com difficuldade

Fonte: A Gazeta, 23 de julho de 1932

Pelas estimativas de Florestan Fernandes, três quintos da população negra da capital paulistana, das primeiras décadas do pós-abolição, viviam em estado de penúria, "promiscuidade e desamparo social". Assim, alistados nas fileiras do exército revolucionário, os negros garantiriam pelo menos uma cesta básica, assistência médica e odontológica e um salário para o soldado e sua família (Domingues, 2003, p.87). No transcurso da guerra, o jornal *Correio de São Paulo* publicou um artigo que desnuda essa situação:

> Os negros são, em geral, gente pobre, que vivem à margem das riquezas e dos confortos da civilização. Para eles, na sua humildade anônima, pouco se lhes devia dar que tivéssemos uma Constituição ou sofrêssemos uma ditadura. Em qualquer caso, eles labutam da mesma maneira pela vida, nos seus casebres, sem outras perspectivas além das que se reservam ao nosso proletariado urbano e rural.

Cabe registrar que nem todo eram flores: a Legião Negra

recebeu um tratamento discriminatório por parte do alto comando das forças constitucionalistas. De acordo com Bezerra, este agrupamento militar "é bastante elogiado pelos autores, para demonstrar que não há diferença de raça quando se trata do entusiasmo pela causa sagrada. Mas não é muito ressaltado que a Legião Negra é enviada logo para a linha de frente, a sustentar os mais pesados dos combates". Alguns dos soldados negros foram usados sem treinamento, sem provisões, sem segurança e sem munição.

O depoimento de Raul Joviano Amaral, um ex-combatente da Legião Negra, confirma esta debilidade crônica do batalhão de negros: "nós tínhamos fuzis de 1908 que servia para instrução dos tiros de guerra. Foram todos para nós..." (entrevista de Joviano). Conforme atesta Raul Joviano Amaral, em entrevista para João B. Borges e Ana Lúcia Valente, a "*negrada foi com uma vontade louca",* mesmo “sem armamento, sem fardamento que correspondesse”. No artigo de Domingues, os relatos do heroísmo dos legionários é marcante, conforme relato abaixo. Em entrevista concedida ao jornal *A Folha da Noite*, o oficial Francisco Salgado discorre sobre outros episódios de heroísmo:

> Os homens que se enfileiraram nas hostes da Legião Negra, sem pretensão outra que a de servir a Pátria e por ela derramar o seu sangue, não mentiram, no campo de luta, a bravura histórica de seus ancestrais.
>
> A 'Gazeta', em visita a um desses bravos - o oficial Francisco Salgado, - teve ontem oportunidade de ouvir o testemunho do valoroso militar sobre a ação destemida dos homens de cor em todos os setores constitucionalistas.
>
> Reservista do 11º R. C. I., de Ponta Porá, em cujas fileiras serviu como 3º sargento, o citado oficial, ao apelo dos organizadores da Legião Negra, vestiu a farda de voluntário da lei, seguindo para Guapiara, onde chegou a 29 de julho.

> Não tardou o batismo de fogo de sua tropa, na Capela da Guapiara, durante o qual os 130 homens de seu comando lutaram com de- nodo e bravura. Tendo sido cortadas as suas ligações com o batalhão a seu flanco, durante três dias os seus homens estiveram situados, até que, impostos pela falta de alimento, resolveram travar uma luta desigual com os seus inimigos. Eram 9 da noite e após quatros horas de combate cruento conseguiam entrar em comunicação com as tropas paulistas, das quais se achavam separados 22 Km. Na retirada, que se efetuou normalmente, uma patrulha inimiga de dez homens ficou no campo da luta.
>
> Deixando Guapiara, perseguidos pelos inimigos, chegavam à noite ao seu posto. Na manhã seguinte, depois de aguardarem por toda a noite o fogo inimigo, entraram em segundo contato com os ditatoriais. No dia 17 de agosto travou-se o combate que durou vinte e quatro horas e nas quais os homens que compunham a sua coluna, nesse encontro, se portaram como verdadeiros militares. As baixas dos inimigos, nesse combate foram número.

5.5 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Segundo o escritor Hernâni Donato (2002), em seu livro “A Revolução de 32”:

> 72.000 mulheres trabalharam como voluntárias somente nas oficinas de costura; tais oficinas produziram 60.000 fardamentos em vinte dias. Até o último dia de setembro, esse número alcançou os 450.000. As damas da alta sociedade e proletárias uniram-se em salas de trabalho e em enfermarias para confeccionar fardamento, agasalhos, preparar material curativo e assistencial (Donato, 2002, p.194).

FIGURA10 - Reportagem de jornal da época relatando a grandeza da alma feminina numa rude campanha de trabalho e sacrifício

Fonte: A Gazeta, 20 de julho de 1932

Donato *Apud* Batista Pereira (2002) relatou que:

> A mulher paulista (que assombro é a mulher paulista), a mulher paulista entrou em cena. (...) Todas as classes e todas as profissões comungaram no mesmo fervor de sacrifício e dedicação, desde a operária modesta ao grupo de estrelas da moda, desde a serviçal doméstica às princesas de salão. Epidermes que nunca haviam conhecido o calor de um fogão improvisaram-se rancheiras de batalhões e sofriam por longas horas sem murmurar o martírio da lenha verde molhada, cuja fumaça lhes arrancava lágrimas dos olhos; melindrosas assustadiças, cheias de não-me-toques e dengues, capazes de desmaiar ao contato de uma barata ou à vista de um camundongo, alinhavavam por oito dias um curso de enfermeira para acorrerem aos hospitais de operações; mãos que só de nome conheciam a existência da agulha e do dedal começaram a não conhecer outra coisa na vida, curva do dia e noite sobre a roupa dos soldados. Todas trabalham; todas cooperam; todas solicitam; todas dão; todas inventam; todas organizam. Graças a essa atividade de abelhas nada falta e tudo sobra. Sobram as rações. Cada soldado recebe, além da ração quotidiana, uma lata com outra que, além de sobressalente, é excelente. Faz frio nas montanhas e nas trincheiras; aparecem às centenas os agasalhos e as batentes. Surgem de um momento

> para outro instituições que os põem ao abrigo da necessidade e do desconforto. Há uma formidável emulação de fazer mais, em contribuir mais, em sacrificar-se mais pela terra querida. Somem-se todos os interesses superficiais da vida e todo São Paulo rutila no esplendor de um heroísmo sobre-humano (Donato,2003, p.195).

A Cruz Vermelha se envolveu com a Revolução Constitucionalista; sua presidente, Maria Emília Leonel, viajou pelo interior, levando mensagens entre o campo de batalha e o quartel general da capital paulista. Donato descreve que a Cruz Vermelha fazia funcionar, dia e noite, cursos de enfermagem para moças e viúvas que, aprendidos os elementos principais da atividade, iam aplicá-los em hospitais e postos de emergência, nas frentes[30].

[30] Podemos citar as seis irmãs do tenente Francisco Fabiano Alves, nomes que ficaram registrados na memória da Revolução Constitucionalista: Zulmira Fabiano Alves, Juliana Fabiano Alves, Lucila Fabiano Alves, Maria José Fabiano Alves, Maria Fabiano Alves e Jandira Fabiano Alves, todas enfermeiras voluntárias do Exército Constitucionalista.

Figura 11 - Reportagem do jornal “A Gazeta” sobre as novas enfermeiras de guerra da Cruz Vermelha Brasileira

Fonte: A Gazeta, 24 de Agosto de 1932Houve ainda mulheres que fizeram prisioneiros, a exemplo de Maria Squassábia, de São João da Boa Vista, que integrou a legendária coluna Romão Gomes, e a “Nha” Chica Messias, descrita por um voluntário como “mulher de idade que, fardada e armada de revólver, acompanhava os seus mínimos”. Mulher valente foi até o fim da campanha.

O apoio das mulheres paulistas foi tanto, que elas chegavam a envolver seus filhos em idade escolar na causa constitucionalista. As crianças também se envolviam em propaganda, lendo discurso

pelas ruas e compondo batalhões infantis que desfilavam exibindo cartazes com frases, como o tipo: “Se necessário, também iremos”.

Figura 12 - Reportagem do jornal “A Gazeta” sobre a participação feminina na Revolução Constitucionalista de 1932

Pela victoria da Patria

que não fará a mulher paulista, — symbolo da abnegação e do heroismo da mulher brasileira?

Fonte: A Gazeta, 24 de Agosto de 1932

Segundo Domingues (2003), o envolvimento das mulheres no conflito foi intenso e, em alguns casos, decisivo para o avanço ou recuo das tropas constitucionalistas; ou seja, sua participação não aconteceu apenas na retaguarda, mas também nos postos avançados. Os memorialistas e a produção historiográfica,

entretanto, apenas enfatizam – em regra – a participação das “damas” da alta sociedade e das mulheres das classes médias, que eram invariavelmente brancas. A pesquisa de Almeida (1999) foge desse diapasão, fazendo alusão à participação de Maria Soldado, "moça que não se contentou em auxiliar a batalha à distância, indo para o *front* e lá combatendo até a morte".

Mas o que a historiadora não revela é que Maria Soldado era uma *mulher negra*.

O voto feminino, como destaca Maria Helena Rolim Capelato, passara a fazer parte do programa do Partido Democrata; anteriormente, as oposições eram contrárias à participação feminina na vida política. Mas a mulher, a origem da família, representava um elemento importante na manutenção da ordem social e, em nome disso, apelou-se para a sua participação em 1932 (Nunes, 2011, p.67). A mulher, após o término da Revolução Constitucionalista, exatamente em três de maio de 1933, votou pela primeira vez.

5.6 UMA FISSURA NO SILÊNCIO: ATUAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

O direito ao voto, em 1932, o início da participação nos cargos políticos e a conquista de alguns direitos civis de equiparação no mercado de trabalho, avanços ocorridos na década de 1930, não chegaram de igual forma para a mulher negra, que ainda se via presa a uma cultura machista praticada por homens e mulheres do seu convívio social. Em função disso, a formação da mulher negra foi marcada por um sistema escolar que favoreceu, com eficácia, a conservação social patriarcal, legitimando as desigualdades entre os indivíduos. Os novos valores da metrópole ainda não haviam mudado as relações de gênero no meio negro, aliado a uma necessidade de qualificação, naquilo que se via como “trabalho

feminino", na qual, o horizonte reservado à mulher negra era nas prendas domésticas e, no máximo, as habilidades de assistência, como professoras ou enfermeiras, atividades de baixa remuneração, se comparadas às atividades consideradas masculinas.

Para Lewkowicz, Gutiérrez e Florentino (2008, p.54) "à mulher negra cabia somente trabalho pesado, na cidade e no campo, os afazeres domésticos e a preparação para o matrimônio, assim como, à mulher da elite, eram reservadas principalmente as duas últimas incumbências".

Segundo Domingues (2003), tem-se o propósito de subverter essa representação da história, demonstrando que não havia apenas mulheres brancas de famílias tradicionais ("quatrocentonas") ou de imigrantes envolvidas com o movimento; existiam, da mesma maneira, negras que tiveram participação ativa no evento. Tais relações, que se inscrevem sob forma de hexis corporal e de princípios de visão e de divisão, levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções à oposição entre o masculino e o feminino (diferença entre os sexos, que marca os corpos, se reflete nas divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, nas relações sociais de dominação, instituídas entre os gêneros). Por isto, ocupam uma posição central na história das mulheres e das enfermeiras, uma vez que a ordem social funciona como uma máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina mediante "[...] condutas de marginalização imposta às mulheres através de sua exclusão de lugares públicos e, por conseguinte sua exclusão de tarefas mais nobres (Domingues, 2003, p. 65).

Através de um trecho de reportagem (abaixo), podemos observar que as mulheres negras não foram apenas bibelôs dos homens negros. Pelo contrário, elas aderiram dinamicamente às forças auxiliares de praticamente todos os batalhões da Legião

Negra, algo que não aconteceu na mesma proporção nos batalhões dos homens “brancos” (Domingues, 2003, p.217).

> Ontem, as últimas horas do dia deixaram o seu acantonamento da Chácara Carvalho mais um batalhão. Alguns milhares de pessoas, entre palmas e vivas saudaram os negros que marcharam para frente, cheios de entusiasmo. Á frente deles, em passo militar, conscientes da grandeza da sua missão, seguiam ***as enfermeiras***. Assim tem sido em cada batalhão dos negros. Eles seguem e com eles as mulheres enfermeiras (A Gazeta, 1932, p.4).

Figura 13 - Reportagem do jornal da época que retrata a participação da “Legião Negra” e os serviços das mulheres de cor.

“Legião Negra”

OS SERVIÇOS DAS MULHERES DE COR

Enfermeiras Maria José de Barros, Maria Benedicta Julia e soldado Benedicto Casimiro, da “Legião Negra”.

Fonte: A Gazeta de São Paulo, domingo, 7 de Agosto de 1932

Já em artigo da Gazeta, de 23/07/1932, as mulheres negras foram descritas como:

> As mulheres de cor dão um belo exemplo de civismo e patriotismo. Lá estão elas, formando os batalhões de enfermeiras. Seguem para frente e animam, com o seu exemplo os valentes homens da sua raça. Sem

> vaidades, naturalmente, com dedicação, cumprem, heroínas devotadas à grande causa, o sagrado dever que é defender São Paulo e o Brasil das garras da ditadura nefasta, que o aniquilava (*A Gazeta*, 1932, p.3)

Apesar dessas reportagens, verifica-se que pouco foi escrito e falado sobre a participação da mulher negra na Revolução Constitucionalista de 1932. Conforme relata Domingues, a historiografia do Brasil é marcada por diversas lacunas e injustiças. Uma destas lacunas é a ausência da população negra e afrodescendente em alguns episódios que compõem a seletiva memória nacional*. A história oficial omite a participação dos negros no conflito armado conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932*. Sejam os livros dos ex-combatentes ou memorialistas, sejam as pesquisas dos historiadores, ninguém ainda descreveu em profundidade qual foi o papel dos negros, em geral, e da Legião Negra, em particular, na defesa dos ideais de democratização do país.

Figura 14 - Ilustração de Maria Soldado

Fonte: http://www.malcolmforest.com/pdk/maria-soldado.htm

Os soldados que lutaram na Legião Negra foram esquecidos, juntamente com as mulheres negras que participaram como enfermeiras ou costureiras e até em frente de batalha, como Maria Soldado. Maria José Barroso, ou “Maria Soldado”, nasceu em Limeira, em 1º de dezembro de 1895 era da família Penteado Mendonça. Ingressou na guerra civil, inicialmente, Maria Soldado acompanhou os combatentes com “enfermeira” da Legião Negra. Foi

reconhecida pelo seu feito e muitos jornais da época noticiaram sua bravura.

Em 5 de setembro de 1932, o jornal da Gazeta referiu-se:

> Uma mulher de cor, alistada na Legião Negra, vencendo toda sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais profundamente brasileira, da campanha constitucionalista, ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo, MARIA DA LEGIÃO NEGRA! Mulher abnegada e nobre da sua raça.

Maria Soldado veio a falecer em 11 de fevereiro de 1958. Aqueles que participaram direta ou indiretamente na Revolução de 1932 lembram-se dos feitos heroicos de “Maria Soldado” nas frentes Revolucionarias, como integrante da Legião Negra. Ela empunhou o fuzil e lutou contra as forças federais que defendiam a ditadura. Como principal fato da sua vida, depois da Revolução, é conhecido o incidente que afrontou o ditador em praça pública, quando da sua visita a São Paulo, após a cessação das hostilidades. Em 1957, por ocasião do jubileu de prata do movimento constitucionalista, ela foi escolhida com mulher “símbolo de 32”. Em 1997, o então governador Mario Covas, escolheu o dia 9 de Julho, com a Lei nº 9.497, para instituir como feriado estadual. Marcado pela eternidade, o dia 9 de Julho de 1932 entrou na história de São Paulo. Porém, os soldados que lutaram na Legião Negra foram esquecidos, juntamente com as mulheres negras.

Segundo Paula (1999, p.33) “as moças solteiras e viúvas, incluindo as negras, recebiam cursos intensivos introdutórios de enfermagem. Depois de aprendidas as noções básicas da atividade, elas se dirigiam para os hospitais de sangue e postos de

emergências nas frentes de batalha”.[31]. Assim, tivemos também nomes como Maria José de Barros e Maria Benedicta Julia, ambas serviram como enfermeiras na Legião Negra). E houve outras mulheres negras que participaram ativamente em prol do movimento constitucionalista, como enfermeiras, conforme ilustração abaixo

FIGURA15 - Oficiais e enfermeiras da Legião Negra que atuaram na Revolução Constitucionalista de 1932;

Fonte: A Epopeia de Piratininga, Agosto 1932

[31] O modelo familiar e o machismo não deixavam espaço para que a mulher estudasse, reservando o seu tempo ao trabalho, à educação dos filhos e ao lar, dada a realidade e a necessidade de gerar renda para as despesas domésticas. A mulher negra tinha uma tripla função: ser esposa, mãe e trabalhadora (Machado, 2009, p.32).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, pretendia-se primordialmente resgatar a participação ativa do negro na Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, mais especificamente da mulher negra, e, por via de consequência, também na enfermagem brasileira.

Mesmo depois da abolição da escravidão, em 1888, um ano antes do início da Primeira República, a sociedade brasileira não estava preparada para incorporar o negro, mesmo porque, no início do século XX, existia ainda uma preocupação eugênica e a miscigenação racial não era vista com simpatia. Os tipos humanos, produtos da miscigenação racial, eram considerados indolentes, preguiçosos e totalmente improdutivos porque estavam doentes. Apesar disso, havia exemplos positivos de incorporação, mas eram casos isolados de talentos excepcionais, como o escritor Machado de Assis[32], um negro. Na enfermagem, também havia preocupação pela eugenia, como se verificou em um texto publicado na revista Anaes de Enfermagem, em 1932. Assim, uma revolução, nesse mesmo ano, não poderia contemplar situação diferente.

Havia, e continua havendo, racismo e discriminação contra o negro. Exemplo contra a permanência do racismo observou-se em cartazes distribuídos nos órgãos públicos, em 2007, pelo Ministério da Saúde, no qual se afirma que "*muitas vezes praticamos o racismo e nem percebemos*". Ou times de futebol que, em fotografia oficial da partida, os jogadores seguraram um enorme cartaz na frente conclamando "Diga não ao racismo. Racismo é crime". Não há, pois, como fugir à realidade. Racismo no Brasil existia e continua a existir, às vezes, sutil, tênue, impalpável, disfarçado ou dissimulado, mas persistente.

[32] Fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.

Apesar de tudo isso, o negro, e principalmente a mulher negra, ignorou as condições em que vivia e as injustiças, provavelmente sofridas, e aderiu voluntariamente ao movimento paulista, acreditou num bem maior e partiu para a luta contra a ditadura de Vargas; talvez sem mesmo compreender o alcance dos objetivos dessa guerra civil. Executaram serviços subalternos dentro da Legião Negra, empunharam armas, quando necessário, e cuidaram dos combatentes feridos nas trincheiras e nos campos de batalha. A imprensa da época é que denominou parte dessas mulheres como "enfermeiras", pelo trabalho realizado. Ademais, uma delas, Maria Soldado, tornou-se uma heroína da Revolução.

Era objetivo geral deste estudo contribuir em pesquisas sobre a participação do negro na enfermagem brasileira[33]. Assim, seria impossível não discutir a questão do preconceito racial que houve e ainda perdura sob aspectos mais camuflados dentro da enfermagem brasileira. A pesquisadora Ieda Barreira citou bem essa questão na década de 1930, ao descrever o processo de seleção de candidatas para a Escola de Enfermagem Anna Nery, quando as negras e mestiças eram excluídas sistematicamente, o que pode ser constatado em fotografias e documentos existentes no Centro de Documentação e Memória dessa Escola.

Talvez como fruto da transformação decorrente da participação negra na Revolução de 1932, já se vê, em documentos da época, que, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, já no seu segundo grupo de alunas, havia várias negras, que ingressaram com bolsas de estudos, e puderam frequentar o curso regulamente. Formando-se como profissionais, e passando a atuar

[33] E, mesmo no mundo, pois uma das pioneiras nesse campo foi a Dra. Mary Elizabeth Carnegie, enfermeira negra, norte-americana, que também havia sofrido forte discriminação racial, em seu próprio país, não apenas na sociedade em geral, mas dentro da própria profissão. Também não pode ser esquecida a jamaicana Mary Jane Seacole, que fora à Guerra da Crimeia mesmo sem ter sido selecionada por Florence Nightingale.

com competência, tornaram-se merecedoras de todo respeito e reconhecimento social.

Um dos fatores para a existência esparsa de publicações sobre o tema é que só recentemente esse foco passou a interessar aos pesquisadores, que começaram a debruçar-se sobre a questão do negro na sociedade brasileira e mais, especificamente, na enfermagem. Assim, este estudo pretende contribuir para focar a questão da enfermeira negra na enfermagem brasileira, como forma de trazer luz para suas lutas e seu trabalho profissional, lado a lado com colegas de todas as etnias, em igualdade de condições e de oportunidades. Essas mulheres, que ajudaram a cuidar dos combatentes feridos nas trincheiras, foram cognominadas "enfermeiras" pela imprensa em geral e pelo historiador Marco Antonio Villa, em seu livro 1932 - Imagens de uma Revolução. Independentemente de considerar que a conclusão desse autor tenha tido ou não origem em questões racistas, as consequências danosas a respeito da crença sobre a inferioridade intelectual do negro geraram um fato. Tal fato resultou na incorporação, consciente ou inconsciente, dessa falsa crença, e traduziu-se no comportamento social entre pobres e ricos, homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros indistintamente.

Assim, nossa forma de focar a mulher negra na sociedade brasileira foi aprofundar estudos sobre a história da Revolução Constitucionalista de 1932, que foi uma guerra civil, de fato, dos paulistas contra as forças federais. Dessa luta participaram também milhares de negros, homens e mulheres, que compuseram a Legião Negra[34].

[34] Mas, nem sempre houve tal reconhecimento, nem mesmo dentro da própria profissão, seja por parte de colegas como de instituições.

Nesse estudo, foram descobertos vários documentos sobre negros na Revolução, em arquivos e museus, mas pouco ou nada conhecidos, em especial dentro da enfermagem. Um exemplo é a participação, na Legião Negra, de Maria Soldado. O exemplo dessa mulher destemida e corajosa deve servir de modelo e inspiração para outros estudos futuros, para que as novas gerações de estudantes de enfermagem possam se conscientizar do que é possível fazer como Maria Soldado fez com recursos tão escassos. Maria Soldado, ao entrar nesse movimento com outras mulheres, não lutava apenas contra o exército federal, mas, simbolicamente, também contra o racismo e a exclusão que existia na enfermagem, como antes mencionado.

A Legião Negra, ao aderir ao movimento constitucionalista, pode mostrar que o negro também fazia parte de São Paulo e quis participar ativamente de todas as lutas e esforços.

De acordo com Moreira e Leite (2001, p.43) "a briosa atuação da Legião Negra serviu como crédito moral para os negros, na medida em que permitiu que a opinião pública paulista reelaborasse, em certa medida, a imagem negativa que tinha desse segmento populacional". Apesar disso, ainda não se confirmou a previsão feita pelo jornal A Gazeta, ao escrever em 1932, que "*a Legião Negra terá, indiscutivelmente, o seu nome gravado com letras de ouro na história da epopeia Piratininga".*

De fato, a invisibilidade da mulher negra constitui um reflexo da pouca literatura científica existente sobre a questão. Gonçalves estudou a temática sobre "*a invisibilidade da mulher negra na enfermagem profissional brasileira"* e concluiu que são raras as enfermeiras negras em posições e cargos de comando, como diretoras de departamentos de enfermagem, em grandes hospitais e outros órgãos públicos de saúde ou ainda na direção de instituições de ensino e pesquisa. À maioria delas ainda cabe um trabalho manual

ou subalterno na assistência direta ou a coordenação de unidades de internação de pequeno e médio porte em hospitais de segunda linha.

Não é apagando, mas dando luz às diferenças, seja de classe, de gênero ou de raça, que se avançará na apreensão do conhecimento histórico. Daí a necessidade de se apontar a origem racial das personagens negras. A população negra, e, mais especificamente, a mulher negra, permanece (in)visível, marginalizada e discriminada na sociedade brasileira. Muitas enfermeiras negras já estão preparadas, especializadas e devidamente qualificadas para o exercício de funções diretivas ou administrativas. Não só as instituições de saúde e educação, como os órgãos de classe – COFEN e ABEn – devem dar passos menos tímidos para melhor aproveitamento delas, abrindo espaços que certamente poderão ser ocupados por enfermeiras negras.

Para finalizar, devo afirmar que acredito num Brasil melhor, assim como um dia meu pai acreditou, impulsionado pela obra de Stefan Zweig ("Brasil País do Futuro"), de que o Brasil irá nos surpreender, pois "alarga a visão e dilata a alma, dá ao homem que o habita e que ele circunda, coragem e confiança para que ouse avançar; onde há espaço, há não só tempo, mas também futuro. E quem vive neste país, ouve o sussurro forte das asas céleres do futuro".

Com isso, não será mais preciso conclamar ao seu povo a dizer não ao racismo em pleno alvorecer do século XXI.

REFERÊNCIAS

Almeida I. O olhar de quem faz: o paulistano sob a ótica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932 [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 1999.

Amaro S. A questão racial na assistência social: um debate emergente. Serv Soc Soc. 2005;26(81):58-81.

Barreira IA. Os primórdios da enfermagem moderna no Brasil. Esc Anna Nery Rev Enferm. 1997;1(especial lançamento):161-76.

Bonini BB. Ser enfermeiro negro na perspectiva da transculturalidade do cuidado [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2010.

Borenstein MS. O uso da história oral como uma possibilidade de reconstruir a história da enfermagem. Texto Contexto - enferm. 1998;7(1):58-70.

Bourdé G, Martin H. As escolas históricas. Lisboa: Europa-América; 2000.

Brandão AAP, organizador. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2004.

Burke P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP; 1992.

Cabanas J. Os Phariseus e a revolução. São Paulo: Freitas Bastos; 1932.

Campos PFS, Oguisso T. Exclusión de mujeres negras. Su Representacion em la enfermería profesional. Index Enferm. 2006;(55):27-31.

Capelato MH. O movimento de 1932: a causa paulista. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1982

Chaverri CE. Historia de la enfermeria española e hispamericana. Madrid: Universitas; 1995.

Collière MF. Promover a vida. Lisboa: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses; 1989.

Conessa JH, Calatrava PM. Historia de la enfermeira: un análisis histórico de los cuidados de enfermería. Madrid: Interamericana McGraw Hill; 1995.

Domingues JP. Os "Pérolas Negras": a participação do negro na revolução constitucionalista de 1932. Afro-Ásia. 2003;29/30:199-245.

Donato H. História da Revolução de 32. [São Paulo]: Ibrasa; 2002.

Ellison R. Shadow and act. Nova York: Vintage; 1972.

Espírito Santo TB. Gênero e enfermagem: reafirmação de papeis sociais na seção feminina da escola profissional de enfermeiros e enfermeiras (1920-1921) [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2012.

Fanon F. "Racism and culture" in Présence Africaine. In: Anais do First International Congress of Black Writers and Artists; 1956.

Faustino O. A Legião Negra: a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932. [São Paulo]: Selo Negro; 2011.

Fausto B. História do Brasil. 5ª ed. São Paulo: EDUSP; 1997.

Folha da Noite, 21/09/1932, p.1, 2 edição

Garcia TR. Eugenia! In hoc signo vinces: um aspecto do discurso sanitário da enfermagem, 1932 a 1938. Rev Bras Enferm. 1993;46(3/4):189-98.

Gasparetto Júnior A. Micro-história. InfoEscola: navegando e aprendendo [Internet]. 2010 out. 10 [citado 2012 set. 3]. Disponível em: http://www.infoescola.com/historia/micro-historia/

Gilroy P. There ain't no black in the Union Jack: the cultural politics of race and nation. 2 ed. Londres: Routledge; 2002.

Ginzburg C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras; 2007.

Gouvêa V. Pensamento político brasileiro nos anos 30: o integralismo. Achegas.net [Internet]. 2003 nov. 05 [citado 2012 jan. 17]. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/treze/viviane_gouvea_13.htm

Levi G. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemionte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2000.

Lewkowicz I, Gutiérrez H, Florentino M. Trabalho compulsório e trabalho livre na historia do Brasil. São Paulo: UNESP; 2008.

Lima LL, Matão MEL. Manual do técnico e dos auxiliares de enfermagem. 9 ed. Goiânia: AB; 2010.

Lopes LR, Eugenia A. A eugenia. Annaes de enfermagem. 1934;2(3):25.

Lynaugh J, Reverby S. Thoughts on the nature of history. Nurs Res. 1987;26(1):4-69.

Machado CED. População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930 [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2009.

Memmi A. O racismo. Lisboa: Caminho; 1993.

Mongone JA. De alunos a professoras: analisando o processo da construção inicial da docência [dissertação]. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; 2001.

Moreira A, Oguisso T. Profissionalização da enfermagem brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2005.

Moreira RJ, Leite JC. Movimentos sociais no meio negro. São Paulo:[S.l.:s.n]; [20-].

Mott ML. Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920). Rev Pagu. 1999;13:327-55.

Motta CNN. Revolução Constitucionalista de 1932. Contexto da revolução de 1930 e seus desdobramentos [Internet]. [S.l]; 2003. [citado 2012 jan. 17]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Constitucionalista_de_1932#Contexto_da_revolu.C3.A7.C3.A3o_de_1930_e_seus_desdobramentos

Munanga K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2 ed. São Paulo: Autentica; 2004.

Nunes V. Revolução Constitucionalista de 1932: articulações de um movimento. História_artigos [Internet]. 2011 nov. 25 [citado 2012 jan. 17]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/outubro2011/historia_artigos/10historia_artigo_nunes_vanessa.pdf

Oguisso T, Campos PFS, Freitas GF, organizadores. Pesquisa em história da enfermagem. Barueri: Manole; 2011. (Série enfermagem e saude; n. 2).

Oguisso T, Campos PFS. La importância del estúdio de historia de la enfermeria. In: Anais do 2º Simpósio Ibero-Americano da História da Enfermagem; 2009.

Oguisso T. Trajetória histórica e legal da enfermagem. 2 ed. Barueri: Manole; 2007.

Paixão MJP. Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A; 2003.

Paula J. 1932: imagens construindo a história. Campinas: Piracicaba; UNICAMP; 1999.

Pereira AM. Um estudo historiográfico: Carlo Ginzburg e a construção do conhecimento histórico em o queijo e os vermes [monografia]. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto; 2004.

Pinto RP. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 1993.

Polit DF, Beck CT. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática em enfermagem. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2011.

Reis JC. Tempo, história e evasão. Campinas: Papirus; 1994.

Rodrigues RN. Os africanos no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1932. (Bibliotheca Pedagogica Brasileira V. Brasiliana v. 9).

Santos RA. Pau que nasce torto, nunca se indireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37) [dissertação]. Niterói (RJ): Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Fluminense; 2008.

Silva Júnior OC. Pesquisa documental. In: Oguisso T, Campos PFS, Freitas GF, organizadores. Pesquisa em história da enfermagem. Barueri: Manole; 2011. (Série enfermagem e saúde; n. 2).

Silva JC. Pesquisa historiográfica em educação: o apostolado positivista do Brasil e a instrução pública no Brasil. Histedbr. 2006;1-27.

Soligo A.F. Racismo no Brasil. Banco de redações [Internet]. 2011 out. 20 [citado 2012 jan. 2012]. Disponivel em: http://educaçao.uol.com.br/bancoderedaçoes/proposta201011.jhtm

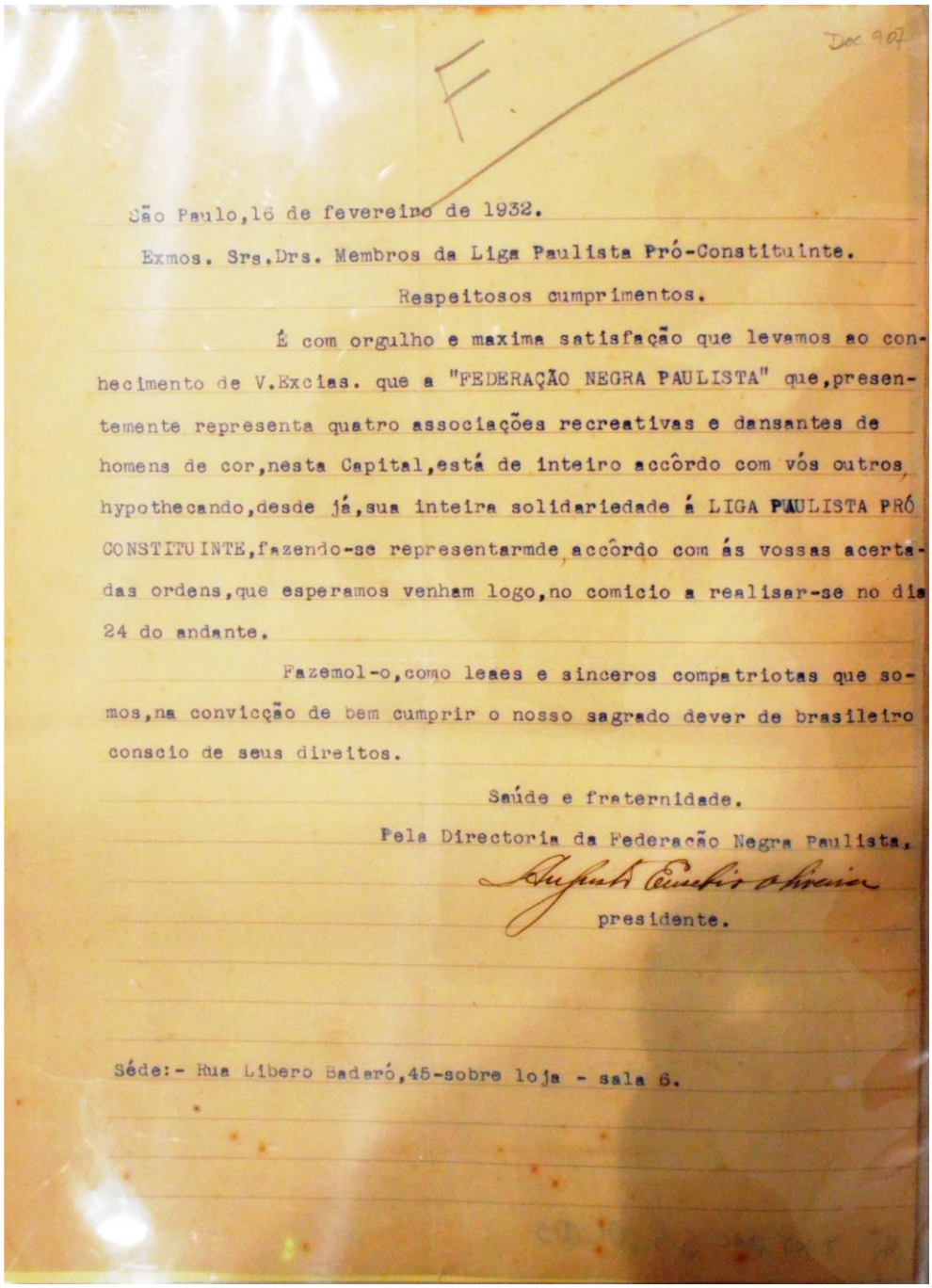
Stepan NL. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005.

Villa MA. 1932: imagens de uma revolução. São Paulo: IMESP; 2008.

Zweig S. Brasil pais do futuro. [s.l.]: Guanabara; 1941.

ANEXOS

Anexo 1: Carta da Federação Negra Paulista para os Srs. Drs. Membros da Liga Paulista Pró-Constituinte



Doc. 907

F.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1932.

Exmos. Srs. Drs. Membros da Liga Paulista Pró-Constituinte.

Respeitosos cumprimentos.

É com orgulho e maxima satisfação que levamos ao conhecimento de V.Excias. que a "FEDERAÇÃO NEGRA PAULISTA" que, presentemente representa quatro associações recreativas e dansantes de homens de cor, nesta Capital, está de inteiro accôrdo com vós outros, hypothecando, desde já, sua inteira solidariedade á LIGA PAULISTA PRÓ CONSTITUINTE, fazendo-se representarmde accôrdo com ás vossas acertadas ordens, que esperamos venham logo, no comicio a realisar-se no dia 24 do andante.

Fazemol-o, como leaes e sinceros compatriotas que somos, na convicção de bem cumprir o nosso sagrado dever de brasileiro conscio de seus direitos.

Saúde e fraternidade.

Pela Directoria da Federação Negra Paulista,

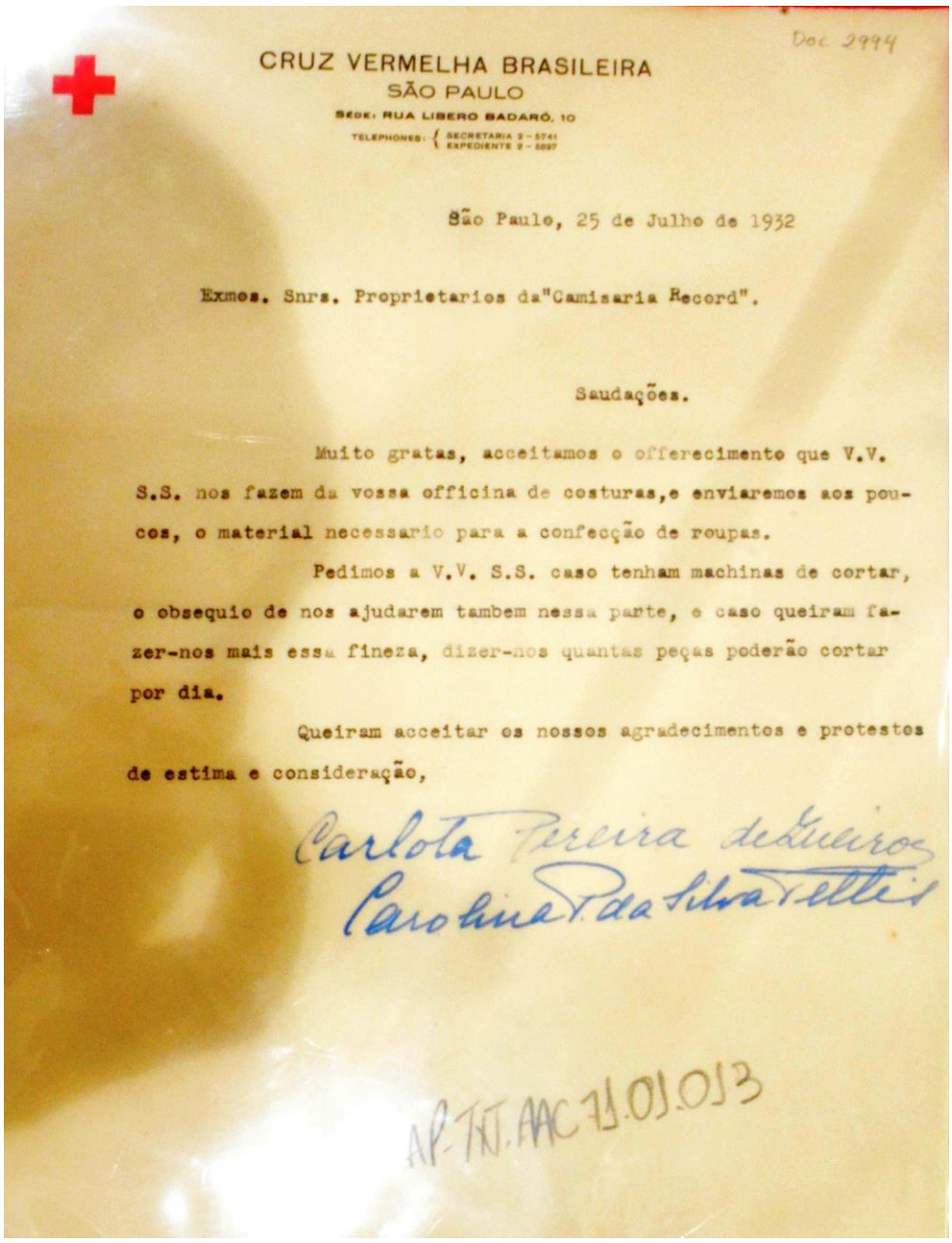
Augusto Cândido Oliveira

presidente.

Séde:- Rua Libero Badaró, 45-sobre loja - sala 6.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Anexo 2: Carta da Cruz Vermelha para Srs. Proprietários da "Camisaria Record"



Doc 2994

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA
SÃO PAULO
SÉDE: RUA LIBERO BADARÓ, 10
TELEPHONES: { SECRETARIA 2 - 5741 / EXPEDIENTE 2 - 5097

São Paulo, 25 de Julho de 1932

Exmos. Snrs. Proprietarios da "Camisaria Record".

Saudações.

Muito gratas, acceitamos o offerecimento que V.V. S.S. nos fazem da vossa officina de costuras, e enviaremos aos poucos, o material necessario para a confecção de roupas.

Pedimos a V.V. S.S. caso tenham machinas de cortar, o obsequio de nos ajudarem tambem nessa parte, e caso queiram fazer-nos mais essa fineza, dizer-nos quantas peças poderão cortar por dia.

Queiram acceitar os nossos agradecimentos e protestos de estima e consideração,

Carlota Pereira de Queiroz
Carolina R. da Silva Telles

AP-TJ.AAC 73.01.013

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Anexo 3: Declaração de consulta ao Memorial'32 – Centro de Estudos José Celestino

MEMORIAL'32
CENTRO DE ESTUDOS
JOSÉ CELESTINO BOURROUL

DECLARAÇÃO

A quem possa interessar, declaro que, nesta data, a Sra. Lily Low, portadora da carteira de identidade n. 14012852, compareceu a este Centro de Estudo, interessada em pesquisar sobre a Revolução constitucionalista de 1932.

São Paulo, 08 de Maio de 2012.

Ivone Cavalcante Maciel
Bibliotecária
CRB – 8 7289

Rua Benjamim Constant, 158 - 4º andar - Centro
CEP 01005-000 São Paulo - SP
E-mail: memorial32@memorial32.org.br
Fone: (11) 3104-5050

Anexo 4: Declaração de consulta a Escola de Enfermagem Anna Nery

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

DECLARAÇÃO DE CONSULTA

Declaro que Lily LÖw, consultou no dia 28 de setembro de 2010, documentos do Acervo da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN/UFRJ) no Centro de Documentação da EEAN/UFRJ.

Rio de Janeiro , 28 de setembro de 2010

Sandra Cristina Demetrio de Moraes

Arquivologista

SANDRA CRISTINA DEMÉTRIO DE MORAES
Arquivista
SIAPE 0368920

EEAN
Rua Afonso Cavalcanti, 275 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ - 20211-110
Telefax: (021) 293-8098 293-8999 293-0528 293-8148 293-8048 293-8899
C.G.C.: 33.663.683/0002-05 Inscrição Estadual: ISENTO
Home Page: http://www.eean.ufrj.br
Email: direcao@eean.ufrj.br

C:\Documents and Settings\sandmoro\Meus documentos\doc. word\Declaração Lily Löw.doc

Anexo 5: Declaração de consulta a Fundação Oswaldo Cruz

Ministério da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz
Casa de Oswaldo Cruz

Casa de Oswaldo Cruz

DECLARAÇÃO DE CONSULTA

Declaramos que **Lily Löw,** consultou nos dias **27 e 28 de setembro de 2010** documentos do Fundo Fundação Serviço de Saúde Pública (FSESP) na Sala de Consulta do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

Rio de Janeiro, 28 /09/2010.

Jean Maciel
Sala de Consulta
Departamento de Arquivo e Documentação
COC-Fiocruz

Setor de Atendimento à Pesquisa/Departamento de Arquivo e Documentação/COC
Av. Brasil, 4036 sala 614 – Manguinhos – Rio de Janeiro – 21040-361
Tel e Fax 2590 3690 / 3882 9124
E-mail: consulta@coc.fiocruz.br